

Entrega está marcada para o dia 23

Registro da CoronaVac será pedido no Brasil e China no mesmo dia

Jaécio Santana



O governador Flávio Dino e a frente ampla da democracia

Não é fácil realizar uma política de frente ampla, e o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), demonstrou em entrevista à "Carta Capital", este talento. **Pág. 3**



"A quem interessa essa lentidão que mata mais de 600 brasileiros todos os dias?", questionou Doria

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), afirmou na segunda-feira (14), que a entrega do estudo conclusivo do Instituto Butantan sobre a CoronaVac acontecerá no dia 23 deste mês tanto no Brasil quanto na China, e que o pedido de registro será realizado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no mesmo dia. A medida visa garantir agilidade no processo de certificação não apenas no Brasil, mas em outros órgãos internacionais. **Página 4**

Inflação dos alimentos é maior para os mais pobres, diz Ipea

Viatrolebus



São décadas de crescimento contínuo e acelerado, cuja base é a propriedade social e o planejamento econômico

China atinge meta histórica de tirar 700 milhões da pobreza

"Através de oito anos de trabalho contínuo, a China elevou toda a sua população de residentes rurais empobrecidos, que se encontravam abaixo dos atuais padrões de renda, para fora da condição

de pobreza, e perto de 100 milhões afastaram a pobreza", declarou o presidente da República Popular da China, Xi Jinping, ao presidir reunião do Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista

da China (PCCh), no início do mês de dezembro. Segundo o presidente Jinping, durante o ano de 2020, superaram a pobreza extrema os 5,51 milhões de chineses que ainda estavam nesta condição, fazendo com

que a China pudesse anunciar a vitória do país na erradicação da pobreza extrema. As ferramentas básicas para a erradicação da pobreza no país foram a geração de empregos e o programa de renda mínima. **Pág. 7**

Desde março deste ano, os preços dos alimentos no domicílio seguem pressionando a inflação das classes mais pobres. Em novembro, o grupo "alimentos e bebidas" foi responsável, sozinho, por 75% da inflação da classe de renda muito baixa, segundo o Indicador Ipea da Inflação por Faixa de Renda, divulgado na sexta-feira (11). O Ipea destacou as altas no arroz (6,3%), batata (29,7%), frango (5,2%), óleo de soja

(9,2%) e carnes (6,5%). Segundo o Ipea, a taxa de inflação para as famílias de renda mais baixa (cujo rendimento familiar mensal é menor do que R\$ 1.650,50) foi de 1% no mês. A única faixa de renda que registrou desaceleração inflacionária foi a das famílias de renda mais alta (com rendimento domiciliar superior a R\$ 16.509,66), cuja variação de preços caiu de 0,82% em outubro para 0,63% em novembro. **Pág. 2**

Folha pede vacina já! e afirma que "estupidez assassina de Bolsonaro" passou dos limites

Em editorial no domingo (13) a Folha de S. Paulo cobra de Bolsonaro a urgente vacina para imunizar a população contra a Covid-19 e denuncia a sabotagem do governo diante da pandemia. "Basta de descaso homicida! Quase nada mais im-

porta do que vacinas já - e para todos os cidadãos". "Chega de molecagens com a vacina!", diz o texto, que já abre advertindo: "passou de todos os limites a estupidez assassina do presidente Jair Bolsonaro diante da pandemia de coronavírus." **Pág. 3**

Orlando: Nosso objetivo é derrotar o bolsonarismo na Câmara federal

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou que "o pior dos mundos seria a Câmara ser anexada ao Planalto" e que o foco da oposição deve ser derrotar o candidato de Bolsonaro na eleição da Mesa da Casa no

dia 1º de fevereiro. "É possível derrotar o Bolsonaro - e a oposição vai precisar fazer uma aliança com setores que se diferenciam dela", disse. "Há um entendimento na oposição de que não permitiremos a vitória do Bolsonaro". **Pág. 3**

"Maior erro de Bolsonaro é a demora em comprar a vacina", avalia o presidente da Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que "a demora na compra da vacina é o maior erro político de Bolsonaro" e que "isso pode impactar o projeto de reeleição". "Esse é o tema que pode gerar o maior dano de imagem para o presidente. Faz voltar na memória das pessoas todos os erros do governo, desde o início da pandemia", argumentou. **Página 3**



Michel Jesus

Colégio eleitoral nos EUA sela o caixão de Trump

Pág. 6

Inflação de alimentos é maior para os mais pobres, diz Ipea



Foto: Fábrica da Taurus/RS Reprodução

Zerar imposto para importação de armas prejudica o Brasil, diz presidente da Taurus

O presidente da Taurus, Salesio Nuhs, criticou a decisão do governo Bolsonaro de zerar a alíquota de 20% do imposto sobre importação de revólveres e pistolas. “Isso não prejudica a Taurus, mas prejudica o país enquanto geração de emprego, geração de riqueza, arrecadação de impostos”, declarou Nuhs, ao comentar a decisão do governo.

Para o executivo, quem sai perdendo são os consumidores brasileiros e não a empresa que agora irá vender armas para o Brasil através de suas unidades nos EUA e na Índia, em razão da isenção de imposto que o governo assegurou às empresas estrangeiras.

“Prejudica os consumidores brasileiros, que vão ter que importar uma arma da Taurus dos Estados Unidos. Já é complicado adquirir uma arma comprada aqui no Brasil. Agora, vai ser preciso fazer um processo de importação para adquirir uma arma da Taurus, porque nós vamos ter que produzir nos Estados Unidos e na Índia para ter o mesmo benefício das empresas concorrentes. Essa resolução é um equívoco sem tamanho”, destacou o executivo em entrevista à Investing.com.

Com a decisão do governo, a empresa, líder do mercado nacional e uma das maiores produtoras de armas leves e munição do mundo, irá priorizar investimentos fora do Brasil.

“Nós anunciamos nesta semana um plano de investimento a médio prazo de mais ou menos R\$ 500 milhões, e certamente isso vai mudar o destino desse dinheiro. Se estivéssemos pensando em colocar no Brasil, agora colocaríamos nos Estados Unidos ou na Índia, porque diante desse cenário não vale a pena”, frisou.

A ação do governo não mudará o quadro dos preços dos revólveres e pistolas para os consumidores brasileiros, pois segundo informou nesta quinta-feira (10) o administrador da distribuidora Pavei Armas, Filipe Pavei, as armas importadas chegam a custar 300% mais do que os modelos similares nacionais. A empresa Pavei Armas é uma das principais fornecedoras de armas e munições do Brasil.

DESINDUSTRIALIZAÇÃO

O Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa (Simde) alerta que a iniciativa do governo acentuará a desindustrialização no país. “A decisão surpreende a indústria, na medida em que não preserva empregos, não atrai investimentos para instalação local de fábricas”, afirmou em nota.

“A ação de zerar a alíquota de importação de revólveres e pistolas, se pretendeu facilitar a aquisição de armas no Brasil, acabará por reduzir empregos, gerar menos divisas, diminuir o investimento em tecnologia e transferir indústrias para o exterior”. O setor de defesa e segurança emprega 1 milhão de pessoas, direta e indiretamente.

Leia mais no site do HP: <https://horadopovo.com.br/zerar-imposto-para-importar-armas-prejudica-o-brasil-diz-presidente-da-aurus/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo - SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Fone Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140

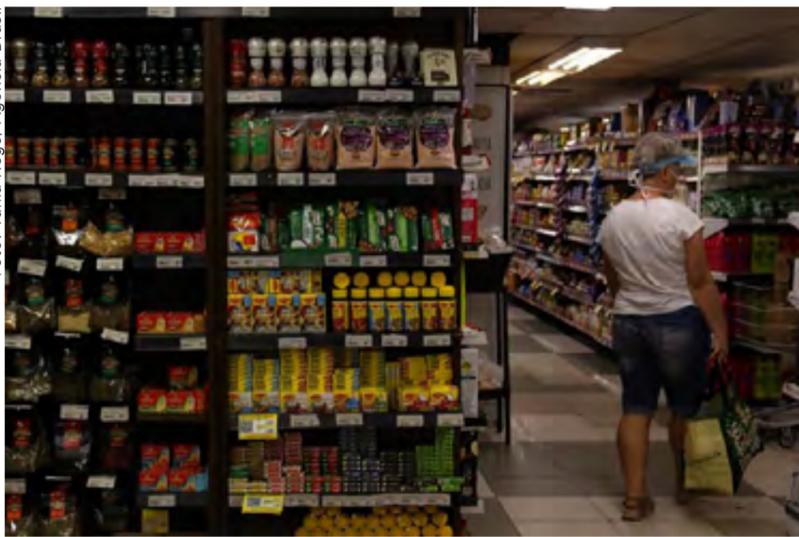
Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Foto: Tânia Régio/Agência Brasil



No ano, pesaram na cesta básica dos mais pobres: arroz (69,5%), feijão (40,8%), leite (25%), óleo de soja (94,1%), carnes (13,9%) e frango (14%)

Após 5 altas seguidas, setor de serviços não recupera perdas com a pandemia

O resultado positivo de 1,7% do setor de serviços em outubro, na comparação com setembro, a quinta alta seguida, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta sexta-feira (11), não foi suficiente para recuperar as perdas provocadas pela pandemia entre fevereiro e maio (19,8%). No ano, a queda acumulada é de 8,7%.

Com isso, o setor de serviços se mantém 6% abaixo do patamar de fevereiro e 16,6% distante do pico da série histórica, de novembro de 2014.

“Além dessas cinco taxas positivas consecutivas, a gente observa que a magnitude desse crescimento é cada vez menor. E mesmo que a gente tenha acumulado essa sequência de taxas positivas, ela ainda foi insuficiente para recuperar as perdas provocadas pela pandemia”, afirmou o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo.

Para o pesquisador, “é praticamente impossível”, o setor recuperar em 2020 as perdas observadas durante a pandemia. Lobo classificou como “irrelevante” o resultado

positivo na passagem de setembro para outubro, frisando que, em 12 meses, o volume de serviços recuou 6,8%. Sem dar previsões, observou que, estatisticamente, o ano de 2020 caminha para encerrar com queda no setor de serviços.

“Faltando dois meses para encerrar o ano, podemos dizer com certa margem de segurança que, fatalmente, o setor de serviços terá a queda mais intensa de toda a série histórica para o acumulado do ano, que até então foi registrada em 2016, com queda de 5%. Para o setor fechar 2020 no campo positivo, teria que ter taxas estratosféricas de crescimento nos meses de novembro e dezembro, o que é impensável. Sobre tudo se a gente considerar o repique da pandemia, com a possibilidade de retomada das medidas de isolamento social”, declarou Rodrigo Lobo.

Setores

Englobando atividades que respondem por cerca de 70% da formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país, a queda

nos serviços no resultado anual foi generalizada entre quatro dos cinco segmentos pesquisados.

O impacto mais relevante para a queda foi o segmento de serviços prestados às famílias, que no acumulado do ano teve retração de 37,7%. Isso reflete o desemprego recorde e a queda na renda das famílias, também consequência da falta de política econômica que pudesse amortecer os efeitos da pandemia.

Além da incompetência na gestão de medidas de socorro por parte do governo federal, a tese de que a economia está em plena recuperação é falsa também em perspectiva, já que estamos assistindo uma nova onda de casos do coronavírus no país, que está exigindo novas medidas de isolamento e restrição de atividades econômicas, o que vai atingir ainda mais o setor de serviços, como bares, restaurantes, turismo.

Os serviços de transporte, também de grande relevância na composição geral, acumulou no ano até outubro uma queda de 8,5%.

Teles advertem: banir Huawei é atraso e ficará mais caro para os consumidores

Representantes das operadoras Algar, Claro, Oi, Tim e Vivo defenderam a manutenção da empresa chinesa Huawei no mercado brasileiro, em reunião com o ministro das Comunicações, Fábio Faria, na terça-feira (8).

As operadoras alertam que, caso a empresa chinesa seja banida do mercado, como defende o presidente Jair Bolsonaro, haverá atraso na implementação da tecnologia 5G e os elevados custos da troca dos equipamentos da Huawei terão que ser repassados aos consumidores.

Segundo as empresas, o veto à Huawei poderá custar até R\$ 100 bilhões para as operadoras. As teles estimam, também, que paralisariam suas atividades em até três anos por conta da necessidade de troca de equipamentos em suas redes. A metade dessa infraestrutura, em alguns casos, são equipados pela Huawei.

Além disso, não há fornecedores no mercado capazes de corresponder a tal demanda de reposição desses equipamentos. Participaram da reunião os presidentes das operadoras Christian Gebara (Vivo), Pietro Labriola (Tim), Rodrigo Abreu (Oi), José Félix (Claro), Jean Borges (Algar) e o presidente da associação que representa o setor (Conexis), Marcos Ferrari.

Atualmente, a Nextel, que pertence à Claro, e a Sercomtel utilizam os equipamentos da Huawei em quase 100% das suas redes. Na Vivo e Oi, a fabricante chinesa tem participação de cerca de 60%.

Já na Claro e na Tim, esse peso é de 50% e cerca de 40%, respectivamente.

Segundo as operadoras, desde 2007, elas já investiram mais de R\$ 150 bilhões na construção de redes 3G e 4G, cuja maior parte se dá em parceria com a Huawei, aparelhos que não conversam com os equipamentos 5G dos demais fornecedores.

Isso significa que, sem a troca do parque já instalado, a maioria de seus clientes não poderiam se comunicar com aqueles que migrarem para o 5G de outras empresas – no caso os dispositivos norte-americanos, que Bolsonaro quer empurrar ao consumidor brasileiro, motivado pelo servilismo aos interesses econômicos e comerciais dos EUA, país que perdeu a corrida tecnológica no setor de comunicações para as empresas chinesas e tenta, agora, obrigar governos sob sua influência a baniarem a Huawei.

Esse contingente de brasileiros também ficará sem comunicação com os demais, até que haja a conclusão da troca de todos esses equipamentos. Em síntese, tanto para as operadoras quanto para os consumidores não há vantagem em excluir do mercado brasileiro a maior fornecedora de equipamentos de telecomunicações no Brasil e no mundo. A experiência aponta que países que adotaram este caminho estão pagando muito caro.

“O Reino Unido está passando por isso. Lá, calcularam entre 4,5 bilhões e 6,8 bilhões de libras esterlinas

os custos das restrições à Huawei. Sem contar o atraso no desenvolvimento do 5G”, lembrou a presidente da Federação Nacional de Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Mello Suruagy, em entrevista na semana passada.

Segundo fontes ligadas ao Palácio do Planalto, Bolsonaro e seus ministros, Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores), estão discutindo meios para dificultar a participação da Huawei no leilão da tecnologia de 5G, que será realizado pela Agência Nacional de Telecomunicações, no próximo ano.

Entre as possibilidades em estudo, está a edição de um decreto em que o governo exigiria que os fornecedores de rede no Brasil tenham ações negociadas na Bolsa de Valores brasileira. Outra proposta seria exigir que as teles tenham dois fornecedores por localidade da prestação do serviço.

Atentas ao movimento de exclusão da Huawei, as operadoras avaliam recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) por entenderem que o veto à Huawei fere diretamente o princípio constitucional da livre iniciativa. A fabricante chinesa também não descarta ir ao STF para garantir seus direitos, repetindo a estratégia adotada na Suécia. Caso isso ocorra, o leilão da tecnologia 5G no Brasil poderá ser paralisado até o julgamento do caso.

Em novembro, alimentos e bebidas responderam por 75% da inflação dos brasileiros de renda muito baixa

Desde março deste ano os preços dos alimentos no domicílio seguem pressionando a inflação das classes mais pobres. Em novembro, o grupo “alimentos e bebidas” foi responsável, sozinho, por 75% da inflação da classe de renda muito baixa, segundo o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda divulgado nesta sexta-feira (11). O Ipea destacou as altas no arroz (6,3%), batata (29,7%), frango (5,2%), óleo de soja (9,2%) e carnes (6,5%).

Impactaram especialmente as famílias mais ricas, o grupo “transportes”, com os reajustes dos transportes por aplicativo (7,7%), da gasolina (1,6%) e do etanol (9,2%).

Segundo o Ipea, a taxa de inflação para as famílias de renda mais baixa (cujo rendimento familiar mensal é menor do que R\$ 1.650,50) foi de 1% no mês.

A única faixa de renda que registrou desaceleração inflacionária foi a das famílias de renda mais alta (com rendimento domiciliar superior a R\$ 16.509,66), cuja variação de preços caiu de 0,82% em outubro para 0,63% em novembro.

No acumulado de 2020, com a pandemia que levou à redução das atividades econômicas e a desaceleração nos preços dos serviços, a inflação das famílias de renda alta foi de 1,7%, bem

menor do que a das famílias de menor poder aquisitivo que viram o preço dos alimentos disparar, pressionando o custo de vida dos mais pobres. A inflação das famílias de renda de menor poder aquisitivo foi de 4,6% de janeiro a novembro.

Durante os onze meses do ano, pesaram na cesta básica dos mais pobres: arroz (69,5%), feijão (40,8%), leite (25%), óleo de soja (94,1%), carnes (13,9%) e frango (14%). Enquanto isso, itens de maior peso para as famílias mais abastadas apresentaram deflações: passagem aérea (-35,3%), transporte por aplicativo (-16,8%), gasolina (-1,7%) e despesas com recreação (-1,1%).

O Ipea observa, na comparação com novembro de 2019, que enquanto a taxa de inflação da renda muito baixa aumentou 85%, o aumento na taxa do grupo de renda alta foi de 48%. A inflação das famílias mais pobres passou de 0,54% para 1,0%, enquanto as famílias mais ricas registraram uma pressão inflacionária de 0,43% para 0,63%.

“De dezembro de 2019 a novembro de 2020, houve aumento na inflação de todos os segmentos, sendo que taxa de inflação do segmento de renda mais baixa (5,8%) mantém sua trajetória de aceleração em ritmo superior àquela apontada na classe de renda mais alta (2,7%)”, diz o Ipea.

“Prévia” do PIB varia 0,86% em outubro e recua 4,92% no ano

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), divulgado nesta segunda-feira (14) pelo Banco Central (BC), aponta que o Brasil ainda está longe de recuperar as perdas da pandemia. No acumulado dos dez primeiros meses do ano, o índice que é considerado uma “prévia” do Produto Interno Bruto (PIB) do país, registra uma retração de 4,92%. Essa queda não foi minimizada pelo avanço de 0,86% de outubro.

Com o resultado do mês que abre o quarto trimestre do ano, o IBC-Br atingiu 136,75 pontos – ainda permanecendo abaixo do patamar de fevereiro, ou seja, de antes da pandemia (quando estava em 140,07 pontos).

Além disso, apesar de ser o sexto mês seguido de alta, os números apontam para uma desaceleração no ritmo de crescimento. Em setembro, a atividade econômica havia avançado 1,68% na comparação com agosto. Na avaliação de economistas, esse movimento significa que não há esperança de voltar aos níveis pré-pandemia tão cedo, num cenário de aumento da contaminação e número de óbitos pela Covid e de novas medidas de isolamento social e restrição de atividades econômicas. Por outro lado, o governo Bolsonaro não apresenta qualquer saída para crise, seja sanitária ou econômica.

Governo Bolsonaro entrega cabotagem a estrangeiros

“BR do Mar não tem nada de BR, é contra o Brasil”, afirmam deputados sobre o PL na Câmara

A Câmara dos Deputados aprovou na segunda-feira (7), por 324 votos a favor, 114 contra e 1 abstenção, o texto-base do Projeto de Lei 4.199/20 do governo Bolsonaro que altera a legislação de cabotagem – navegação entre os portos nacionais – e entrega para estrangeiros, sem a obrigação de contratar a construção de unidades em estaleiros nacionais, sem pagar tributo no Brasil e que tira emprego de brasileiros.

Para parlamentares contrários ao PL, que ficou conhecido como “BR do Mar”, não tem nada de BR, já que só trará prejuízos para o país, os trabalhadores e empresas nacionais. O projeto tramitou de forma açodada e irá prejudicar as pequenas empresas e favorecer a concentração e cartelização do setor.

O texto do PL foi à votação na Câmara após uma longa sessão marcada por obstruções por parte da oposição. “É o tiro de misericórdia na indústria naval, que está paralisada no governo Bolsonaro”, frisou a deputada Perpétua Almeida (PCdoB).

“Abre espaços e oportunidades para indústrias estrangeiras, que podem operar sem ter um único navio”. “E o mais grave dessa situação: os trabalhadores ficam numa total

situação de insegurança. Eles entram num navio estrangeiro, e pode ser que um navio desses não cumpra nenhuma regra trabalhista. Então, lá vai esse brasileiro se submeter a regras estrangeiras num total prejuízo do que poderiam ser as vantagens trabalhistas que eles receberiam no Brasil”, denunciou Perpétua.

O projeto tramitou na Casa em caráter de urgência a pedido do governo, e, por isto, o texto pôde ser levado para votação direto em Plenário, sem passar pelas comissões. Segundo o deputado Mário Negromonte Jr. (PP) o PL irá autorizar “a criação de um monopólio internacional que vai acabar com as empresas, a cabotagem e o frete nacional”.

O deputado Bira Do Pindaré (PSB) também criticou a pressa do governo em aprovar o PL. “O PSB entende que este assunto não está suficientemente debatido. É preciso que haja uma discussão mais aprofundada, porque o projeto não cumpre aquilo que ele promete. O projeto, será regido pelas normas internacionais, provocando uma precarização do trabalho”, destacou o parlamentar.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/bolsonaro-entrega-cabotagem-a-navegacao-estrangeira/>



“Basta de descaso homicida!”, diz o jornal **Vacina, já!, exige Folha**

Em editorial de capa, na edição do domingo (13), o jornal *Folha de S. Paulo* cobra de Bolsonaro a urgente vacina para imunizar a população contra a Covid-19 e denuncia a sabotagem do governo diante da pandemia.

“Basta de descaso homicida! Quase nada mais importa do que vacinas já — e para todos os cidadãos.” “Chega de molecagens com a vacina!”, diz o texto, reproduzido na íntegra a seguir.

Vacinação já

Passou de todos os limites a estupidez assassina do presidente Jair Bolsonaro diante da pandemia de coronavírus. É hora de deixar de lado a irresponsabilidade delinquente, de ao menos fingir capacidade e maturidade para liderar a nação de 212 milhões de habitantes num momento dramático da sua trajetória coletiva. Chega de molecagens com a vacina!

Mais de 180 mil pessoas morreram de Covid-19 no Brasil pela contagem dos estados, subestimada. A epidemia voltou a sair do controle, a pressionar os serviços de saúde e a enlutar cada vez mais famílias. Trabalhadores e consumidores doentes ou temerosos de contrair o mal com razão se recolhem, o que deprime a atividade econômica. Cego por sua ambição política e com olhos apenas em 2022, Bolsonaro não percebe que o ciclo vicioso da economia prejudica inclusive seus próprios planos eleitorais.

O presidente da República, sabotador de primeira hora das medidas sanitárias exigidas e principal responsável por esse conjunto de desgraças, foi além. Sua cruzada irresponsável contra o governador João Dória esbulhou a confiança dos brasileiros na vacina. **Nunca tão poucos se dispuseram a tomar o imunizante, segundo o Datafolha.**

Com a ajuda do fantoche apalermado posto no Ministério da Saúde, Bolsonaro produziu curto-circuito numa máquina acostumada a planejar e executar algumas das maiores campanhas de vacinação do planeta. Como se fosse pouco, abarrotou a diretoria da Anvisa com serviais do obscurantismo e destruiu a credibilidade do órgão técnico.

Abandonada pelo governo federal, a população brasileira assiste afiada ao início da imunização em nações cujos líderes se comportam à altura do desafio. Não faltarão meios jurídicos e políticos de obrigar Bolsonaro e seu círculo de patifes a adquirir, produzir e distribuir a máxima quantidade de vacinas eficazes no menor lapso temporal.

O caminho da coerção, no entanto, é mais acidentado e longo que o da cooperação entre as autoridades federais, estaduais e municipais. Perder tempo, neste caso, é desperdiçar vidas brasileiras, o bem mais precioso da comunidade nacional.

Basta de descaso homicida! Quase nada mais importa do que vacinas já — e para todos os cidadãos.

Bolsonaro usa a Abin para ocultar os crimes do filho

Jaécio Santana/Fotos Públicas



Governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB): “há um desgoverno total no país”

O governador Flávio Dino e a frente ampla pela democracia

Não é fácil realizar uma política de frente ampla — em geral, mandatória, quando o que está em risco é, como desde que Bolsonaro chegou à Presidência da República, a democracia no país.

Neste sentido, a entrevista do governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), à revista “Carta Capital”, coloca algumas questões de interesse decisivo (e até mesmo vital, ou seja, que diz respeito à sobrevivência) para o povo brasileiro e sua — isto é, nossa — Nação.

Disse o governador sobre a questão das frentes e alianças:

“A gente faz política levando em conta objetivos, metas, princípios e obviamente as contingências da vida. Eu lembro que quando Haddad se elegeu prefeito de SP em 2012, ele teve o apoio do Maluf, eu lembro que quando Lula se elegeu presidente em 2002, ele teve como vice o José Alencar, um empresário indicado pelo PL. Para ir mais atrás, Getúlio Vargas era sustentado por uma aliança onde você tinha os comunistas, os socialistas, os trabalhistas, mas tinha o PSD, e essa aliança foi a aliança do nacional-desenvolvimentismo até o golpe militar que derrubou o querido presidente João Goulart. Então, fazer alianças ao centro não está errado como conceito.”

“Eu sou muito cobrado porque disse certa vez que prefiro o Luciano Huck conversando comigo do que com Bolsonaro.”

“Ai disseram assim, o Flávio disse que vai apoiar o Luciano Huck.”

“Minha gente, tem que ter rigor analítico. O que eu disse é que, se você vai para uma eleição de dois turnos, o que acontece se o chamado centro se alinha com a extrema direita, é que a gente perde.”

“É a eleição de 2018. A gente já sabe o resultado, não precisa nem fazer eleição.”

“Se o Tasso Jereissati em Fortaleza [nas últimas eleições] tivesse apoiado o capitão lá, da milícia, o Sarto tinha perdido.”

“Tasso Jereissati apoiou o candidato do PDT, e eu não vi ninguém achando isso errado.”

Flávio Dino observa que, apesar de, no momento atual, em sua opinião, as condições ainda não estarem propícias para uma “frente ampla eleitoral” **no plano nacional**, “o que eu pratico, no caso do meu governo [no Maranhão]: eu fiz frente ampla eleitoral e o meu governo é sustentado por uma frente amplíssima”.

Mesmo no plano nacional, Flávio Dino mostra que é possível desenvolver a política de frente ampla em defesa da democracia: “Você pode ter objetivos. Por exemplo, agora, evitar que um bolsonarista se eleja presidente da Câmara, é uma meta importante para o país, porque Rodrigo Maia foi importante, com todas as divergências que nós temos em relação à pauta econômica, por exemplo.”

“Então, às vezes, há uma confusão quando você se refere ao conceito (...). É porque quando você fala em frente ampla, [parece que] você está falando para o resto da vida. Não. É objetivo tático, imediato como este da mesa da Câmara. Ou aprovar o Fundeb ou sustentar medidas sanitárias, como nós sustentamos contra o

bolsonarismo. É isso.”

Dino, porém, lembra, como exemplificação, alguns resultados na última eleição:

“Veja que ganhamos em Belém, e ganhamos em Fortaleza, e teríamos perdido se não houvesse uma ampla união. Tanto em Belém quanto em Fortaleza. Porque foram margens bem pequenas em ambos os casos. É importante entender isso. Porque a análise política e prospectiva não se faz com mitificações. Você faz a partir de verdades. Então, nós ganhamos, graças a Deus, em Fortaleza e em Belém, mas por margens apertadas — e ganhamos em uniões amplas. Eu acho também que essa é uma lição importante.”

A política de frente ampla, desenvolvida inclusive fora dos períodos eleitorais (como nos exemplos, dados por Dino, das presidências da Câmara e do Senado, do Fundeb e da questão sanitária), tem desaguado natural no segundo turno das eleições:

“Óbvio, porque a eleição é em dois turnos. Porque, senão, quando você chega no segundo turno, você bloca do lado de lá.”

“Eleição de segundo turno é o seguinte: se você faz frente ampla, você ganha; se a frente ampla se forma contra você, você perde.”

Dino, um homem de critério, apresenta o próprio exemplo da capital do Maranhão, como demonstração de sua última afirmativa:

“Foi o que aconteceu em São Luís.”

“O nosso candidato fez 45% e o outro fez 55%.”

“Por que ele fez 55%?”

“Porque o PDT e o DEM foram apoiar o candidato da oposição, ou seja, criou-se uma frente ampla do lado de lá. Tinha o bolsonarismo, o sarneyismo, o PDT e o DEM. Ganharam, claro. Juntos bolsonarismo, sarneyismo, PDT e DEM, nós derrotaram.”

“Então, essa é a lição que você tem que tirar e eu poderia citar aqui vinte eleições em que, se você amplia, você ganha, se você restringe, você perde.”

“Essa é uma regra. Veja a eleição dos EUA. Se o Biden não tivesse amplitude, tinha perdido para o Trump. Vejam a luta que foi para ganhar do Trump com um candidato moderado.”

No Brasil, desse ponto de vista, a política de frente ampla no primeiro turno das eleições, se caracteriza menos pelo lançamento de um candidato comum, do que em preparar a união em torno do candidato mais votado da frente — isto é, daquele que passar ao segundo turno.

A amplitude está, exatamente, no respeito, no tratamento civilizado entre os candidatos democráticos no primeiro turno. Na expressão de Dino, “senão, quando você chega no segundo turno, bloca do lado de lá”.

Realmente, a sofreguidão sem peias pela hegemonia, a tentativa de passar ao segundo turno pisando no adversário que está dentro do próprio campo democrático, o recurso a ataques pessoais sem nenhuma importância política, representam a morte eleitoral no segundo turno, mesmo quando houve ocasional sucesso, por esses meios, em chegar a essa fase da eleição.

A questão é óbvia: quem, depois de injustamente atacado, irá com-

por a frente para apoiar o agressor no segundo turno?

A CONDENAÇÃO DA FRENTE

O governador Flávio Dino, entretanto, não considera — e com boas razões — que o representante da unidade, o candidato que condensa a frente ampla em defesa da democracia, teria que ser, necessariamente, um candidato pertencente a um partido do centro ou da direita democrática.

O próprio Flávio Dino foi, como candidato, e é, como governador do Maranhão, o ponto de coesão de uma frente ampla.

Portanto, Dino considera que tudo depende do peso político de cada força na luta contra o bolsonarismo.

“Estamos na chamada defensiva estratégica, ou seja, tentando recuperar terreno perdido”, considera o governador. Ele nota que, quanto às forças de esquerda, “desde 2013, há sete anos, temos colhido mais reversos do que vitórias”.

Porém, mesmo em relação especificamente às forças de esquerda, o governador do Maranhão as concebe, no momento atual, dentro do terreno da frente ampla em defesa da democracia:

“Um dos nossos problemas é, por exemplo, não dialogar com as igrejas, com o empresariado, é nesse sentido que eu falo de amplitude. O que implica concessões programáticas, que, às vezes, tem gente que não quer fazer, mas tem que fazer.”

“Porque, se não for assim, deixa o Bolsonaro mais quatro anos e ele acaba com o Brasil de vez”.

A CATASTROFE BOLSONARO

Em outras palavras: não ampliar, não ter uma política de frente ampla, equivale — ou resultaria — em conceder o poder a Bolsonaro por mais quatro anos, **unicamente por deficiência ou problema de unidade no campo democrático.**

Pois Dino não acha que Bolsonaro é algum espetáculo de popularidade — e o fato é que não é mesmo, nem pode ser. Como diz o governador:

“Eu acho que o Bolsonaro está em viés de baixa. Vai chegar em 2022 enfraquecido, porque não tem governo. Desde o dia em que este senhor recebeu a faixa, o Brasil está sem governo. Um desgoverno total. Ninguém sabe quem manda, quem obedece, não tem diretriz, não tem ministro, não tem nada.”

“Teve o auxílio emergencial porque nós inventamos no Congresso, porque era necessário inventar, criar alguma coisa para o povo não morrer de fome.”

“O resto não tem nada, nenhum programa, nada. Uma gestão econômica desastrosa. Câmbio descontrolado, inflação de alimentos. Desemprego. E o Brasil sem orçamento, porque eles não conseguem se desenrolar para votar um orçamento, porque não sabem se cumprem, ou não cumprem, o teto de gastos. Ai, vão fazer orçamento de guerra de novo.”

“Enfim, um tumulto. Então, eu acredito que realmente o bolsonarismo deve entrar em decadência e é por isso que eu acho que devemos observar.”

Texto na íntegra ver em www.horadopovo.com.br

CARLOS LOPES

“É o maior escândalo da República”, diz o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco)

Agência Brasileira de Inteligência (Abin) fez pelo menos dois relatórios para ajudar o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho “01” de Jair Bolsonaro, em sua defesa no caso da “rachadinha” que tinha seu assessor Fabrício Queiroz como operador do esquema.

Um dos relatórios diz explicitamente que a “finalidade” é “defender FB [Flávio Bolsonaro] no caso Alerj demonstrando a nulidade processual resultante de acessos imotivados aos dados fiscais de FB”.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) emitiu uma nota afirmando que a ação conjunta da Abin e da defesa de Flávio Bolsonaro “é inaceitável em todos os sentidos”.

“Ao estar a serviço de uma causa que não é republicana, a atuação da Abin passou de qualquer limite”.

Em agosto, Flávio Bolsonaro entrou em contato com o diretor da Abin, Alexandre Ramagem, para que a Agência o ajudasse, ilegalmente, a se defender na Justiça. Depois de uma reunião e troca de documentos, Ramagem começou a usar a Abin para produzir os relatórios, segundo apurou a revista *Epoca*.

A intenção de Flávio Bolsonaro é se livrar das denúncias sob o argumento de que o processo foi iniciado de forma irregular pela Receita Federal. Ele quer que a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) ajuizem o caso.

Alexandre Ramagem foi o nome indicado por Bolsonaro para a diretor-geral da Polícia Federal em abril, quando o ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro saiu do governo denunciando a interferência do presidente na PF. A nomeação foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Os dois relatórios indicando o caso do filho de Bolsonaro deve se defender das acusações foram passados para Flávio Bolsonaro através do WhatsApp, que os transmitiu para sua advogada, Luciana Pires.

A Agência de Inteligência orientou a defesa de Flávio Bolsonaro a fazer uma “manobra tripla” para conseguir os documentos que seriam úteis para ele.

Os relatórios da Abin falam que “três elementos-chave dentro do grupo criminoso da RF (...) devem ser afastados incontinenti”. O auditor-fiscal Christiano Paes Leme Botelho, apontado pela defesa de Flávio como um dos que o “perseguiu”, foi exonerado na semana passada.

A Agência afirma que a defesa de Flávio deveria “tomar um cafézinho” com José Tostes Neto, chefe da Receita Federal, e informá-lo que sua defesa iria ajuizar uma ação importante no

“Nosso objetivo é derrotar o bolsonarismo na Câmara dos Deputados”, afirma Orlando

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou que “o pior dos mundos seria a Câmara ser anexada ao Planalto” e que o foco da oposição é derrotar o candidato de Bolsonaro na eleição da Mesa da Casa no dia 1º de fevereiro.

“É possível derrotar o Bolsonaro — e a oposição vai precisar fazer uma aliança com setores se diferenciarem dela”, disse.

“Há um entendimento na oposição de que não permitiremos a vitória do Bolsonaro. Isso é possível porque no campo conservador há uma diferença. Eles têm a mesma agenda econômica — à qual nos contrapomos —, mas eles têm diferenças políticas. E nós temos de trabalhar essa diferença política, inclusive para tentar frear um pouco a agenda econômica”, analisou o deputado, entrevistado pela revista *CartaCapital*.

“Se o Bolsonaro anexar a Câmara ao Palácio do Planalto, sabe-se lá Deus o que pode acontecer no próximo período”, frisou Orlando.

O deputado disse que não acredita “que o Bolsonaro eleja o presidente da Câmara”, mas declarou “que ele vai lutar muito”. “O Bolsonaro é o símbolo maior da velha política.



O filho Flávio Bolsonaro, o 04 processo em questão.

Além disso, o relatório sugeriu que Flávio pedisse ao chefe do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) que fosse aberta uma apuração especial sobre os dados da Receita Federal, através da Lei de Acesso à Informação. Esse passo também foi seguido pela defesa do senador.

Procurados pela revista *Exame*, a Abin não respondeu sobre a origem dos documentos, nem assumiu a responsabilidade sobre os relatórios. O chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, afirmou que a Abin não foi usada para defender o filho do presidente e negou a existência dos documentos.

Flávio foi denunciado por lavagem de dinheiro, peculato e organização criminosa no caso. Ele, quando era deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), se apropriava de parte dos salários de seus assessores.

Depois que os assessores passavam parte de seus salários, Flávio lavava o dinheiro através de operações imobiliárias, na loja de chocolates e também no pagamento de despesas pessoais com dinheiro vivo, o que oculta a sua origem.

AUDITORES

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) emitiu uma nota afirmando que a ação conjunta da Abin e da defesa de Flávio Bolsonaro “é inaceitável em todos os sentidos”.

Os auditores pediram que a Receita Federal e o Congresso Nacional se mobilizem contra “esse que pode se configurar no maior escândalo da República”.

O presidente do Sindifisco, Kleber Cabral, também criticou a sugestão da Abin de que servidores da Receita fossem demitidos.

“Se não bastasse a gravidade de se ter uma agência de inteligência mobilizada para defender o filho do presidente da República, acusado de atos ilícitos, como a ‘rachadinha’ na Alerj, não se pode admitir que um órgão de governo busque interferir num órgão de Estado, protegido pela Constituição Federal, sugerindo afastamentos de servidores públicos”, sentenciou.

“Se não bastasse a gravidade de se ter uma agência de inteligência mobilizada para defender o filho do presidente da República, acusado de atos ilícitos, como a ‘rachadinha’ na Alerj, não se pode admitir que um órgão de governo busque interferir num órgão de Estado, protegido pela Constituição Federal, sugerindo afastamentos de servidores públicos”, sentenciou.

“Nosso objetivo é derrotar o bolsonarismo na Câmara dos Deputados”, afirma Orlando

Não tenho a menor dúvida de que ele usará todos os recursos para tentar anexar a Câmara”, afirmou o parlamentar.

Orlando enfatizou que não acha Bolsonaro com força para eleger o próximo presidente da Câmara, mas advertiu que isso passa pela oposição fazer uma aliança ampla na eleição da Mesa da Câmara.

“Não acredito que, hoje, ele tenha força, desde que nós consigamos construir uma aliança. A esquerda sozinha não tem força para eleger o presidente. Você tem três pedaços da Câmara: o campo da oposição, o campo do Rodrigo Maia e o campo bolsonarista. O nosso objetivo é impedir que o campo bolsonarista seja majoritário”, explicou.

Questionado sobre o fato do PSOL lançar candidato próprio para marcar posição e a oposição discutir o apoio e não um nome para ser lançado, Orlando respondeu que: “Queremos discutir uma agenda para que a Câmara seja independente do Planalto. Não discuto quem marca posição, mas não adianta jogar para a galera, que pode ser uma coisa bonita para ganhar likes na internet. Mas o jogo jogado de verdade tem que ser antibolsonarista”.

Butantan pedirá registro definitivo da CoronaVac no Brasil e na China

Entrega do estudo conclusivo da fase 3 da vacina foi marcado para o dia 23 de dezembro; início da imunização continua marcado para 25 de janeiro

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), afirmou nesta segunda-feira (14), que a entrega do estudo conclusivo do Instituto Butantan sobre a CoronaVac acontecerá no dia 23 deste mês e que o pedido de registro definitivo será realizado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no mesmo dia.

A medida visa garantir agilidade no processo de certificação não apenas no Brasil, mas em outros órgãos internacionais. A mesma solicitação - de registro definitivo - será igualmente levada à NMPA (National Medical Products Administration), instituição chinesa responsável pela regulação de medicamentos.

Com essa estratégia, a vacina não deverá ter certificação para uso emergencial, mas definitivo e poderá, assim que reconhecida pelas autoridades chinesas ou brasileiras, ser utilizada e exportada para outros países.

“Os brasileiros querem agilidade, querem as vacinas e sua proteção. Não aguentam mais viver em meio a uma pandemia que mata, hoje, mais de 600 brasileiros por dia”, afirmou o governador paulista. “Quanto mais rápido vacinarmos de forma segura e planejada, mais vidas serão salvas no Brasil. Vamos vacinar imediatamente, começando em janeiro e com as vacinas que estiverem disponíveis, não importa a sua origem”, disse Doria na coletiva de imprensa no Palácio dos Bandeirantes.

Segundo o governador, a decisão atende a uma recomendação do comitê internacional independente que acompanha a pesquisa desenvolvida pelo Instituto Butantan e o laboratório chinês Sinovac.

Doria disse que o instituto brasileiro e a empresa chinesa decidiram encerrar a fase três do estudo clínico no País nesta semana, já que o patamar ideal de 154 voluntários com diagnóstico positivo de coronavírus foi alcançado e superado.

“Registrar a vacina com estudo conclusivo vai permitir maior confiabilidade na análise da eficácia da vacina. Outro benefício será conquistar o registro definitivo da vacina em vários países do mundo. São Paulo espera obter o registro da vacina do Butantan até o final

deste ano e iniciar a vacinação em 25 de janeiro conforme está programado. Com autorização da Anvisa ou de órgão similar internacional”, afirmou Doria.

Doria ainda cobrou do governo do presidente Jair Bolsonaro a antecipação dos planos para iniciar a vacinação contra a covid-19 no Brasil.

“O governo brasileiro não tem sequer a data para começar a vacinação. O Brasil quer menos política e mais vacina (...) O governo federal precisa correr pela vida. Por que insistir no marasmo? Por que insistir numa discussão política ideológica? A quem interessa essa lentidão que leva a vida de mais de 600 brasileiros todos os dias? Por que não iniciar a vacinação em janeiro ao invés de março, como propôs o Ministério da Saúde recentemente?”, questionou.

“A nossa recomendação é para que o Ministério da Saúde e o Palácio do Planalto acreditem nos cientistas, nos médicos, na ciência e na vida e comecem a vacinar os brasileiros agora em janeiro. Parem de menosprezar os mortos pela pandemia”, completou.

Segundo a Lei 14.006 de 28 de maio de 2020, Lei Covid, a Anvisa tem o prazo de 72 horas para autorizar a importação e distribuição da vacina caso ela seja registrada por autoridade sanitária de seu país de origem.

O presidente do Instituto Butantan, Dimas Covas, disse que a decisão ocorreu após os cientistas sinalizarem que o número mínimo de 154 voluntários infectados durante os testes já foi ultrapassado. Segundo ele, a fase 3 da vacina do Butantan já tem 170 voluntários infectados.

O estudo conclusivo vai medir a taxa de eficácia do imunizante comparando quantos receberam placebo e quantos tomaram a vacina. A taxa mínima recomendada pela própria Anvisa é de 50% como parâmetro de proteção.

Covas informou ainda que o Butantan concluiu o envase de um milhão de doses do imunizante com os insumos que vieram da China. “Não é uma vacina apenas para o Brasil, é uma vacina para o mundo”, afirmou. “Atingimos a meta deste estudo clínico que permitirá o registro desta vacina no Brasil, na China e no mundo”.

Comissão Justiça e Paz de SP lança campanha “Vacinas Já”

Em comemoração aos 72 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Comissão Justiça e Paz de São Paulo (CJP/SP) lançou nesta quinta-feira (10) a campanha “Vacinas Já”, pelo direito à imunização gratuita contra Covid-19 a todos os seres humanos.

A entidade, vinculada à Igreja Católica, alerta para a necessidade de garantir a vacina frente ao descaso do governo Bolsonaro com a população brasileira. “Enquanto em outros países seus habitantes estão sendo vacinados, o governo anuncia o início da vacinação para meados do mês de março de 2021”, aponta o texto assinado pelo seu presidente, Antonio Funari Filho.

Segundo a Comissão, “a morte de 180.000 pessoas no Brasil não foi suficiente para sensibilizar o governo da urgência de garantir vacinação a toda à população do país”.

“Mantida a média atual de mortes por dia, este atraso significa a condenação à morte de mais de 60.000 pessoas”, destaca a nota da comissão, que convoca a união do país “para assegurar o direito humano à vida, garantido pelo art. 5º da Constituição Federal.

“Leia a nota da Comissão Justiça e Paz de São Paulo: A Comissão Justiça e Paz de São Paulo comemora os 72 anos da Declaração Universal

dos Direitos Humanos, com o lançamento da campanha pelo direito de todo ser humano à vacina gratuita contra o Covid-19, convidando todas as entidades ou pessoas que queiram aderir assinando este documento ou propagando o lema VACINAS JÁ!

A morte de 180.000 pessoas no Brasil não foi suficiente para sensibilizar o governo da urgência de garantir vacinação a toda à população do país.

Enquanto em outros países seus habitantes estão sendo vacinados, o governo anuncia o início da vacinação para meados do mês de março de 2021.

Mantida a média atual de mortes por dia, este atraso significa a condenação à morte de mais de 60.000 pessoas.

Vamos unir o país para assegurar o direito humano à vida, garantido pelo art. 5º da Constituição Federal.

Iniciamos nesta data, a campanha para salvar vidas propagando o apelo: VACINAS JÁ!

Sugerimos que as comunicações sobre qualquer assunto e por qualquer meio, enquanto não houver vacina, se inicie ou termine com o lema: “vacinas já”.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é uma conquista da Humanidade.

A vida de todo ser humano importa.

A Paz é fruto da Justiça.



“Brasileiros querem agilidade, querem as vacinas e sua proteção”, diz Doria

Enquanto sabota vacina, governo quer gastar R\$ 250 milhões para desovar cloroquina em farmácias populares

O Ministério da Saúde está planejando gastar R\$ 250 milhões em cloroquina e ivermectina no enfrentamento da Covid-19. O estudo da pasta, que se encontra em sigilo, visa colocar os medicamentos no programa Farmácia Popular, pelo qual a população é atendida gratuitamente.

Nenhum dos dois remédios tem eficácia comprovada contra o coronavírus, conforme já atestaram vários estudos científicos. Na verdade, pesquisas em todo o mundo mostraram que a cloroquina pode trazer mais complicações para pacientes com problemas cardíacos.

O Ministério dispôs de 2,5 milhões de comprimidos de cloroquina produzidos pelo Laboratório do Exército, por decisão do próprio Bolsonaro, mas encontram-se armazenados devido à baixa procura.

Com o valor que será investido nos falsos tratamentos, o governo poderia comprar, pelo menos, mais de 13 milhões de doses de vacinas.



Medicamento não tem eficácia contra coronavírus

Quase 180 mil pessoas já morreram de Covid-19 no Brasil. O número médio de mortes diárias, a chamada média móvel, dos últimos sete dias está em 642, que é 35% superior à semana anterior. 21 estados e o Distrito Federal apresentaram alta no número de mortes.

A iniciativa do Ministério da Saúde tenta camuflar a inércia e a inoperância do governo na construção e implementação de um plano nacional de vacinação contra a pandemia, que, segundo

Bolsonaro, está no “finalzinho”, ignorando solenemente o aumento da contaminação e dos óbitos e se apresentando, num evidente deboche ao povo brasileiro, como um dos governos que melhor enfrentou o novo coronavírus.

Se não houver uma mudança na postura governamental, a avaliação mais otimista é de que até o fim do primeiro semestre de 2021 menos de 25% da população estará imunizada.

Quantos serão afetados pelo vírus e morrerão até lá?

RS: Polícia indiciou seis pessoas pelo brutal assassinato de João Alberto

A Polícia Civil do Rio Grande do Sul indiciou seis pessoas por homicídio doloso triplamente qualificado no caso da morte de João Alberto Silveira Freitas, o Beto, de 40 anos, que foi espancado até a morte por dois seguranças do Carrefour, em Porto Alegre, em 19 de novembro, na véspera do Dia da Consciência Negra.

Dois seguranças, sendo um deles policial militar na época, além de uma fiscal, vão responder pelo crime. Outro vigilante e dois funcionários do supermercado que participaram da ação também serão indiciados. A conclusão da investigação foi divulgada nesta sexta-feira em entrevista coletiva realizada no Palácio da Polícia, em Porto Alegre.

A titular da 2ª Delegacia de Polícia de Homicídios e Proteção à Pessoa, delegada Roberta Bertoldo, pediu a prisão preventiva de quatro envolvidos e manutenção da detenção dos dois seguranças Giovane Gaspar da Silva e Magno Braz Borges. A fiscal Adriana Alves Dutra já estava presa temporariamente.

Conforme a investigação, os depoimentos de testemunhas não permitiram que a equipe de investigação descobrisse o motivo da reação violenta e agressiva contra a vítima, que por sua vez não teve comprovada nenhuma irregularidade cometida dentro do supermercado. O inquérito, com 70 páginas, foi enviado ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

Já o laudo do Instituto-Geral de Perícias apontou que a causa da morte foi mesmo asfixia mecânica por sufocação indireta. Segundo o diretor do Departamento Médico-Legal do IGP, Eduardo Terner, esse tipo de asfixia ocorre quando existe peso sobre a região torácica ou lombar,



Homem negro foi espancado até a morte no RS

que perturba o mecanismo de respiração e impede a expansão do tórax.

Veja os nomes dos indiciados:

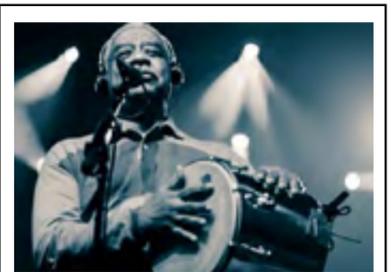
- Giovane Gaspar da Silva, segurança autor da agressão
 - Magno Braz Borges, segurança autor da agressão
 - Adriana Alves Dutra, funcionária que tenta impedir gravação e tem, segundo a polícia, comando sobre os demais funcionários
 - Paulo Francisco da Silva, funcionário da empresa de segurança Vector que impede acesso da esposa à vítima que agonizava
 - Kleiton Silva Santos, funcionário do mercado que auxilia na imobilização da vítima
 - Rafael Rezende, funcionário do mercado que auxilia na imobilização da vítima
- DESUMANO E DEGRADANTE**
De acordo com o inquérito, os depoimentos mostraram que houve indiferença dos funcionários vinculados ao Carrefour e à empresa de segurança Vector quanto às ações que cometiam contra a vítima.
- Para a polícia, além dos seguranças agressores, os

outros quatro indiciados contribuíram para a morte por manterem os populares e a esposa da vítima afastados, inviabilizando qualquer ajuda à vítima.

“A vítima não apresentava sinais vitais, Giovane, Magno, Adriana e Paulo se mantiveram inertes, mesmo tendo uma unidade hospitalar próxima, ou seja, distante apenas 1,2 km, ou a três minutos dali. E, mesmo assim, aguardou-se o Samu que chegou ao local 14 minutos após ser cientificada”, cita trecho do inquérito.

A investigação avaliou que “é indubitável” que os funcionários do supermercado e da empresa de vigilância “extrapolam o que lhes permite a legislação brasileira”. Sobre Giovane Gaspar da Silva, então policial militar temporário, o inquérito revela que o mesmo, depois de levar um soco, precisava conter a vítima até a chegada da Brigada Militar (como é chamada a polícia militar gaúcha) porque pretendia “represtar” contra ele.

No relatório, Roberta Bertoldo considerou que o “tratamento dispensado a João Alberto foi desumano e degradante no exato sentido de seus termos”.



Um dos líderes do Fundo de Quintal, Ubirany foi o criador do repique de mão

Brasil perde Ubirany, do Fundo de Quintal, vítima da Covid-19

Faleceu na manhã de sexta-feira (11), o sambista Ubirany Félix Do Nascimento. Um dos fundadores e líderes do Grupo Fundo de Quintal, ele é mais uma vítima da Covid-19 no nosso país.

Ubirany estava internado há mais de uma semana em uma clínica no Rio de Janeiro.

Aos 80 anos, Ubirany é tido como uma das maiores referências do samba brasileiro. Além de cantor e compositor, é um grande instrumentista, responsável pela criação do repique de mão, que foi adaptado do repinique das baterias de escola de samba e levado por Ubirany para as rodas de samba cariocas.

A assessoria do Grupo Fundo de Quintal confirmou o falecimento e divulgou uma nota oficial em suas redes sociais.

“O sambista estava internado no hospital por complicações decorrentes de sua contaminação por Covid-19. A assessoria informará, posteriormente, questões sobre velório e sepultamento do sambista. Pedimos respeito ao luto de amigos e familiares, que se manifestarão em momento oportuno e espontâneo”, diz a nota.

Ubirany ajudou a formar o Fundo de Quintal juntamente com Jorge Aragão, Arlindo Cruz, Almir Guineto, Sereno e Bira Presidente, no começo da década de 1980, sob as bênçãos da madrinha do samba Beth Carvalho.

“Ubirany, o maior dos maiores. Inventor do repique de mão, peça fundamental em qualquer roda de samba. Um verdadeiro gentleman. Sempre sorridente, educado, doce, simpático com todos que cruzavam seu caminho. Esse vírus terrível leva embora um pedaço do subúrbio carioca. Que tristeza!”, escreveu a cantora Teresa Cristina em suas redes sociais.

“Vamos nos lembrar dele assim: sorrindo. Um dos nomes mais importantes da história do samba, Ubirany nos deixou hoje, mais uma vítima dessa horrível pandemia da Covid-19. Nossos sentimentos mais profundos para o @grupofundodequintal, seus amigos, familiares e a toda a comunidade do samba que hoje está em luto”, lamentou o sambista Zeca Pagodinho.

Câmara regulamenta novo Fundeb, mas inclui escolas privadas entre beneficiadas

Em sessão tensa que se estendeu pela madrugada desta sexta-feira (11), o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do Projeto de Lei nº 4372/20, que regulamenta o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O projeto, no entanto, sofreu significativas alterações a partir de emendas apresentadas pela base governista e que estavam fora do acordo costurado na casa para a votação. Duas emendas aprovadas incluíram escolas privadas sem fins lucrativos e o ensino profissionalizante do Sistema S entre as instituições que poderão ser beneficiadas com recursos que deveriam ser exclusivos da educação pública.

Deputados contrários às alterações pretendem ir à Justiça para barrar as mudanças feitas em plenário que atacam o principal mecanismo de financiamento da educação básica do país.

As medidas foram incluídas no texto por meio de destaques feitos por deputados da base governista diretamente no plenário e tiveram o voto contrário da Oposição e do relator do texto, o deputado Felipe Rigoni (PSB-ES).

Após negociação com as lideranças da casa, um acordo foi costurado para garantir a votação do projeto. A medida é necessária para garantir que os recursos do Fundeb estejam disponíveis para estados e municípios em 2021.

Com o acordo, o relator manteve a destinação da verba exclusivamente para o pagamento de salários de professores e investimento nas escolas públicas, respeitando assim texto original da PEC do Novo Fundeb, aprovado em agosto deste ano.

Porém, na calada da noite, após o texto base da regulamentação ter sido votado, os deputados iniciaram a votação de destaques e emendas. E a ação do governo Bolsonaro, que sempre se posicionou contra a PEC, ficou evidente.

Uma emenda de bancada do PSL, Pros e PTB, colocou a possibilidade dos recursos do Fundeb custearem convênios com o Sistema S e com entidades filantrópicas. A proposta foi aprovada por 258 votos a 180.

Outra emenda de bancada de PL, PP, PSD, Solidariedade e Avante, liberava até 10% de recursos do Fundeb para instituições privadas sem fins lucrativos que atuam na educação básica, como filantrópicas, comunitárias e confessionais - ligadas às igrejas. A proposta foi aprovada por 311 votos a 131.

Outra mudança feita em plenário que gerou revolta permite que os recursos usados para o pagamento de salários de profissionais de educação possam ser usados, também, para pagar profissionais nas instituições privadas sem fins lucrativos, como as filantrópicas e confessionais. A aprovação foi apertada, de 212 votos a 205.

Além disso, permite que o dinheiro público seja usado para pagar profissionais de outras áreas, como técnicas, administrativas e os terceirizados, além de integrantes de equipes multiprofissionais, que trabalhem nas redes de ensino básico.

Relatório da Câmara aponta “ação dolosa” do governo nas queimadas do Pantanal

O relatório final da comissão externa da Câmara dos Deputados que investigou as queimadas no Pantanal aponta que o “descaso e até mesmo atuação dolosa” por parte do Governo Federal, “condutas estatais, no mínimo, ímprobas” e “ações humanas criminosas” foram os principais fatores que ocasionaram o maior desastre ambiental na região.

Segundo o documento, fatores climáticos tiveram influência nos incêndios, mas que esses fatores, sozinhos, não seriam suficientes para as proporções das ocorrências registradas este ano.

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal (INPP), foram queimados 23 mil km² do bioma somente neste ano, mais do que dez vezes toda a área queimada entre 2000 e 2018.

“Se apontássemos o ‘clima’ como o ‘único culpado’, estaríamos sendo mais que ingênuos, seríamos perniciosamente omissos, corroborando com ações humanas criminosas e condutas estatais, no mínimo, ímprobas. Mais que isso, se delegarmos puramente às condições climáticas o controle da situação, não só isentariamos de culpa aqueles que a tem, como estaríamos dando aval para que situações como as deste ano voltem a ocorrer”, afirma o texto.

Os parlamentares acusam ainda o governo de incentivar, “ainda que de maneira indireta, a atuação inescrupulosa de alguns, formando-se um perigoso círculo vicioso”.

“Diante de tamanha inércia, ou melhor dizendo, de premeditada atuação negativa do governo federal, pessoas passaram a acreditar na impunidade e na desnecessidade de proteção ambiental, o que resultou em tragédias socioambientais jamais vistas ou sequer imaginadas”, diz o relatório.

Fazendo referência às declarações do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, quando afirmou em reunião ministerial com o presidente Bolsonaro que o governo devia aproveitar o “momento de tranquilidade” de cobertura da imprensa da pandemia da Covid-19, para “passar a boiada” e mudar regras das leis ambientais, o relatório afirma que “é preciso dar nome aos bois, pois, se a boiada continuar a passar, as tragédias socioambientais continuarão a acontecer”.

O relatório foi elaborado a partir de audiências públicas com a participação de especialistas na área.

O texto também atribui às mudanças no modelo de exploração da região – da forma tradicional para modelos economicamente mais agressivos – como um dos fatores de agravamento climático na região, com calor e seca recorde.

Por questões econômicas, a pecuária tradicional, extensiva e sobre a pastagem nativa “tem sido substituída por modelos mais lucrativos de criação de gado”, que exigem pasto plantado, “implicando em desmatamento e no aumento do volume de massa vegetal seca”, diz o relatório.

O relatório também traz recomendações para a atuação do Governo Federal e Judiciário e propostas para serem debatidas no Congresso Nacional.

Depois de aprovado pela comissão, o relatório será encaminhado para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Sindicato: corte nos Correios visa preparar terreno para privatização



Política de desmonte da estatal busca entregar a empresa ao setor privado



Apenas 2,3 mil funcionários (32%) aderiram ao plano inicial da empresa

PDV na Caixa Econômica Federal fracassa e banco reabre plano para demitir 7,2 mil

Com o fracasso da tentativa da Caixa Econômica Federal de demitir 7,2 mil funcionários por meio do Programa de Demissão Voluntária (PDV), lançado em novembro, que teve baixa adesão dos empregados, o banco reabriu o programa e estendeu o prazo para adesão, na segunda-feira (2).

O plano iniciado em 9 de novembro terminou no dia 20, e só teve a adesão de 2,3 mil funcionários, 32% da estimativa da Caixa.

Agora, com a extensão do prazo até o próximo dia 11, o banco pretende atin-

gir a meta de demissões, que segundo a estatal, foi feito para atender ao “pleito dos próprios funcionários da empresa que possuem os requisitos e necessitam de mais tempo para tomada de decisão”.

Segundo a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), nos últimos seis anos a CEF perdeu quase 20 mil funcionários em todo o país.

Hoje, a instituição conta com 82 mil empregados.

“O que estamos vendo é o total desmonte da

Caixa. O banco reabriu o PDV logo após o início de uma reestruturação, sem nenhum planejamento. O que parece é que o único intuito foi pressionar os empregados a aderirem ao plano, pois a Caixa não alcançou o objetivo de mais de 7 mil adesões”, afirma o presidente da Fenae, Sergio Takemoto.

“Além de piorar as condições de trabalho, a falta de bancários pode prejudicar o atendimento à população; especialmente neste momento de pandemia”, ressaltou Takemoto.



Entidades denunciam ao STF decisão do governo de paralisar 413 processos de reforma agrária

Após o Governo Federal paralisar 413 processos de reforma agrária, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Contraf) protocolaram uma ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) junto ao Superior Tribunal Federal (STF), na quarta-feira (9).

A ação também é assinada pelos partidos PSB, PT, PCdoB, PSOL e Rede Sustentabilidade.

“As entidades signatárias da petição solicitam ao STF que sejam reconhecidas e sanadas as graves lesões aos preceitos fundamentais da Constituição Brasileira praticadas por órgãos federais do Estado, decorrentes da paralisação da reforma agrária e da

não destinação das terras públicas federais à essa finalidade”, afirma a ação.

A informação sobre a paralisação dos processos de reforma agrária foi obtida pelas entidades a partir de documento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), divulgado pelo jornal Folha de São Paulo.

Além disso, as vistorias em imóveis rurais que fiscalizam o cumprimento da função social da propriedade, que é o primeiro passo para a desapropriação para fins de reforma agrária, também foram suspensas pelo Governo Federal, alertam as entidades.

O Incra justifica a suspensão dos processos devido à falta de recursos no Orçamento da União. Segundo a ação, que

trata também de temas como grilagem de terra no Brasil e criminalização dos movimentos e organizações populares, “com o Presidente Jair Bolsonaro a reforma agrária passou a ser tratada como uma ‘pauta adversária’, a ser eliminada”.

O documento diz ainda que “a paralisação da reforma agrária provoca insegurança jurídica em uma ampla gama de beneficiários, que aguardam há anos o andamento dos processos”.

O texto informa que a paralisação dos processos ocorre desde março de 2019. Segundo as entidades, nessa época, as superintendências do Incra nos estados foram orientadas pela presidência do órgão a suspenderem atividades de vistoria em fazendas tidas como improdutivas.

Direção da empresa anunciou um plano de demissão que atingirá 14 mil funcionários

Esse plano de demissão é parte do processo de desmonte dos Correios e da redução do seu papel social”, afirmou a Federação Inter estadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios (FINDECT) sobre o novo Plano de Demissão Incentivada (PDI) anunciado pela empresa, na sexta-feira (4), que pretende desligar 14 mil trabalhadores.

“A direção da empresa está sendo duplamente criminoso, por ampliar o desmonte com mais demissões e ao lançar o plano junto com mais um ataque aos benefícios dos trabalhadores, para levá-los ao desânimo e ao impulso de aderir ao PDI”, afirma a entidade.

O anúncio do PDV, que se dá no momento em que o governo anuncia que os Correios é uma das estatais que pretende privatizar em 2021, “é mais um lance da estratégia desse governo, de enfraquecer a atuação dos Correios e piorar a qualidade da prestação dos serviços para liberar o mercado para as empresas privadas, diminuir e baratear a empresa e ganhar o apoio da população para a privatização”, afirma a federação.

“O PDI trará obviamente um impacto negativo na prestação dos serviços, e aumentará a pressão e a sobrecarga de trabalho para os empregados que ficam. Além disso, é mais uma tentativa de diminuição dos Correios. E preciso repor o quadro já defasado de funcionários. Diminuí-lo ainda mais é

um crime”, afirma José Aparecido Gandara, presidente da FINDECT.

A entidade denuncia ainda a gravidade dessas demissões acontecerem em um momento de crise sanitária causada pelo coronavírus, e no mercado de trabalho abalado pelo desemprego recorde, e ainda ressalta que a estatal registra “o 4º ano consecutivo de resultados positivos.”

“Mesmo nesse quadro de caos para a população, a equipe econômica de Bolsonaro e Guedes tem implantado Planos de Demissão Incentivada (PDI) como mecanismo para esvaziar as estatais, que eles querem privatizar ou liquidar a qualquer custo para favorecer os empresários”, diz a nota da entidade.

Ressaltando que os Correios, como estatal, é a única empresa que chega a todas as residências do país, a FINDECT defende ainda a importância estratégica e de desenvolvimento econômico dos Correios.

Para o Secretário geral da FINDECT e Presidente do SINTECT-RJ, Ronaldo Martins, “a ECT nasceu com uma posição estratégica, da defesa do serviço social e de soberania nacional para gerar um resultado positivo para a sociedade brasileira, e a cada ano os números registram isso”, disse.

Na nota, a entidade convoca os trabalhadores a resistirem e se coloca ao lado deles para “lutar em defesa do emprego, dos direitos e dos Correios estatais”.



“Bolsonaro nos trai”, afirma o líder caminhoneiro ao denunciar projeto que prejudica a categoria

Em entrevista ao colunista do UOL, Chico Alves, um dos líderes da greve dos caminhoneiros que parou o país em 2018, Wallace Landim, o Chorão, que também foi um ferrenho apoiador na campanha de Bolsonaro à presidência, afirmou que “Bolsonaro nos traiu. Sinto como se tivesse corrido atrás de um balão apagado”.

Chorão, que é presidente da Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores (Abrava), se decepcionou com Bolsonaro após o governo ter apoiado a aprovação pela Câmara dos Deputados do projeto de lei que instituiu o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem, que possibilita o transporte de carga entre portos. O projeto foi aprovado na terça-feira (8) e segue para apreciação no Senado.

O projeto, que permite o afretamento de navios estrangeiros, segundo Chorão, vai entregar a matriz dos transportes rodoviários para empresários estrangeiros, já que, “quem vai fazer a contratação de frete terrestre vai ser o armador e isso prejudica muito os

caminhoneiros”. “Se passar no Senado, acabou o transportador autônomo”, afirma Chorão que, segundo a coluna, já articula uma resposta da categoria em nível nacional.

Chorão afirma ainda que “o Ministério da Infraestrutura não tem um estudo de impacto social e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) tem uma nota técnica que mostra concentração de mercado”.

“A gente fez campanha para o presidente, nós colocamos faixa nos caminhões, pintamos lona, fizemos camiseta, um trabalho gratuito”, afirma.

“Mas percebemos que tudo o que beneficia os caminhoneiros não tem caráter de urgência, enquanto o que é bom para os grandes empresários tem prioridade”.

“Com o que sei hoje, não apoiaria a eleição de Bolsonaro. Fui criado dentro da ideia de que o homem tem que ter palavra”, diz Chorão.

O PL 4.199/2020, que cria a chamada BR do Mar, em referência a uma rodovia marítima, é de autoria do deputado Sérgio Souza (MDB-PR).

Bolsonaro sabota área de transporte e estimula aumento nas tarifas. Prefeitos e empresas reagem

O veto do presidente Jair Bolsonaro ao repasse de R\$ 4 bilhões para socorrer os sistemas de transporte público no país, como ônibus, trem e metrô, provocou repúdio generalizado de todos os setores envolvidos.

Prefeitos, entidades e empresários do setor se manifestaram após o veto ser publicado no Diário Oficial da União, na quinta-feira (10).

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) recebeu a notícia com “perplexidade” e considerou o veto “lamentável”.

Para a Confederação Nacional do Transporte (CNT), “o veto integral é um equívoco”.

Entidades como a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) e a ANPTri, que representa os serviços de metrô, trem urbano e VLTs, manifestaram “estraneza e frustração” com o veto ao projeto que, segundo elas, foi elaborado e conduzido pelo “próprio governo”.

A entidade afirmou que “recebeu com indignação a decisão presidencial”.

“A falta de recursos afetará milhões de brasileiros que só têm o transporte público como meio de deslocamento”, afirmou, em nota.

O socorro ao sistema de transporte público para cidades com mais de 200 mil habitantes, que nos momentos mais graves da pandemia tiveram perda de 80% dos passageiros, está contemplado no Projeto de Lei 3364/20, que foi aprovado pelo Congresso Nacional.

O texto prevê que os recursos sejam repassados a Estados, municípios e ao Distrito Federal em caráter emergencial, para que as empresas que entraram em colapso pudessem garantir a continuidade dos serviços à população. O veto do presidente ainda pode ser derrubado por deputados e senadores.

com segurança sanitária, e a permanência das gratuidades, além de incentivar a criação de faixas exclusivas de ônibus, bem como ciclovias e áreas para pedestres.

A FNP alerta que o setor enfrenta crise devastadora, e que o colapso do sistema irá atingir a todos os municípios que assumirão em janeiro, que coincide com o período de reajuste das tarifas, que devem aumentar significativamente se o veto for mantido.

“Brasília demonstra não ter aprendido com as manifestações de 2013. Alguns gabinetes lavam as mãos e alegam se tratar de uma responsabilidade exclusivamente local, como se não se tratasse de uma política pública evidentemente federativa e estratégica para o país. O resultado dessa omissão federal poderá ser um apagão de proporções desconhecidas”, afirma a entidade.

Para a Confederação Nacional do Transporte, “o veto integral compromete a sustentabilidade dos sistemas e coloca em risco milhares de empregos diretos e indiretos, além da arrecadação de tributos do próprio Estado”.

“Sem o socorro financeiro, os transportadores terão dificuldades também para garantir o preço atual das tarifas, onerando, assim, a população mais carente, que é a maior dependente dos sistemas de transporte público do país”, afirma, em nota, a CNT.

A ANPTri argumenta que “setores como aviação civil e energia elétrica foram rapidamente socorridos pelo governo federal, mas o setor de mobilidade, que garante o deslocamento do cidadão nas cidades, incluindo aqueles que trabalham na linha de frente para o combate ao coronavírus, tem sido relegado pelas autoridades”.

Segundo a FNP, resta aos governantes municipais “lutar pela derrubada do surpreendente veto e avaliar urgentemente os impactos de mais uma procrastinação da União”.

ONU conclama governos à defesa “emergencial” do meio ambiente



Para o sec. geral, “humanidade está atrasada” na defesa do meio ambiente

Acabou para Trump: Colégio Eleitoral ratifica a vitória de Biden - 306 a 232

Em reuniões em cada um dos 50 estados dos EUA, o Colégio Eleitoral acaba de confirmar nesta segunda-feira (14) a vitória de Joe Biden sobre Donald Trump para a presidência do país, com 306 votos de delegados computados para o democrata.

Trump ficou com 232 votos no Colégio Eleitoral. Na votação popular, Biden superou o bilionário por mais de 7 milhões de votos, na eleição de maior comparecimento em um século.

Na sexta-feira, a Suprema Corte havia rejeitado o acintoso pedido de cassação dos votos de quatro estados que definiram a eleição em favor de Biden, para afanar a eleição para Trump.

Ao longo de 41 dias, Trump se recusou a reconhecer a derrota, tumultuou a vida política do país, difundiu uma narrativa mentirosa de que teria ganhado “de lavada” nos “votos legais”, e teve seus pleitos para surrupiar a vitória de Biden recusados tribunal após tribunal, no país inteiro.

Tentou ainda, cassar os votos de três cidades com enorme peso de população negra, Detroit, Atlanta e Filadélfia, o que fez um juiz dizer em sua sentença que o pedido “cheirava a racismo”.

No final de semana, supremacistas brancos, racistas, neonazistas e outros



Colégio Eleitoral referendou a vontade popular

desclassificados foram até Washington chorar a derrota de seu ídolo, Trump.

Adeptos do mau perdedor também andaram fazendo ameaças aos delegados do Colégio Eleitoral que, no caso do Arizona, inclusive se reuniu em local não anunciado.

Na votação popular, Biden conquistou 81.282.896 votos, ou 51,6% do total, a maior votação da história do país. Por sua vez, Trump ficou com 74.222.484 votos (46,8%).

Na derrota de Trump, tiveram papel crucial sua incompetência e negacionismo diante da pandemia, assim como o levante nacional contra o racismo, após o brutal assassinato do negro George Floyd por um policial.

No dia da confirmação da derrota de Trump pelo Colégio Eleitoral, os EUA registraram a tenebrosa marca de 300 mil mortos pela Covid – são mais vidas de norte-americanos perdidas para o coronavírus, do

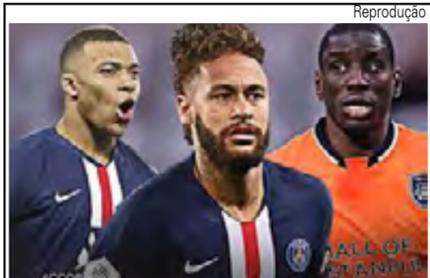
que os que tomaram na II Guerra Mundial.

Biden fará um discurso de confirmação da vitória na noite de segunda-feira, que teve trechos já divulgados pela equipe de transição. “Nós, o povo, votamos. A fé nas nossas instituições manteve-se. A integridade das nossas eleições permanece intacta”, dirá o eleito.

Biden assinalará ainda que “nada – nem mesmo a pandemia ou um abuso de poder – pode extinguir “a chama da democracia”.

Os votos por escrito dos delegados do Colégio Eleitoral de cada estado serão a seguir enviados para o Congresso dos EUA.

Em 6 de janeiro, após a Câmara dos Representantes tomar posse, os envelopes vão ser abertos e as cédulas contadas para confirmação final. A posse de Biden e de sua vice, Kamala Harris, está marcada para o dia 20 de janeiro de 2021



Neymar e Mbapé (PSG) e Demba Ba (Istanbul)

Em protesto inédito, PSG e Istanbul Basaksehir deixam campo contra racismo de juiz

O jogo entre os times Paris Saint-Germain e Istanbul Basaksehir, válido pela Liga dos Campeões da Uefa (Copa Europeia de Futebol), foi paralisado após os dois times deixarem o campo acusando o quarto árbitro Sebastian Coltescu, da Romênia, de racismo contra o camaronês Pierre Webó, ex-atacante e agora membro da comissão técnica da equipe turca. No instante seguinte a esta agressão houve ainda uma discussão entre o árbitro e um jogador da equipe turca, nesta terça (8).

Aos 16 minutos do primeiro tempo, o atacante Demba Ba, da equipe turca, reclamou que quarto árbitro tinha proferido uma ofensa racista ao se referir a Pierre Webó.

Pouco tempo depois os atletas saíram de campo. No estádio Parque dos Príncipes, em Paris, a Uefa informou que o jogo estava suspenso.

Tudo começou aos 13 minutos da primeira etapa quando o lateral brasileiro Rafael, do Istanbul Basaksehir, tomou um cartão amarelo.

Membros da equipe turca reclamaram da punição.

Nesse momento, o quarto árbitro Sebastian Coltescu chamou o juiz principal, Ovidiu Hategan, e pediu punição a Pierre Webó: “Aquele preto ali. Vá lá e verifique quem é. Aquele preto ali. Não dá para agir assim”, afirmou Coltescu ao se referir ao camaronês da comissão técnica do Istanbul.

Em áudio capturado pela transmissão, Ba enfrentou o quarto árbitro: “Você nunca fala ‘este cara branco’, então por que quando você vai falar de um negro, você fala ‘este cara negro’?”

A transmissão oficial da partida também pegou o momento em que os atacantes Mbappé e Neymar disseram para o juiz Ovidiu Hategan que não voltariam para o jogo, caso o quarto árbitro Sebastian Coltescu continuasse em campo.

O árbitro Ovidiu Hategan tentou falar com os atletas do Basaksehir, mas eles mantiveram a decisão de deixar o campo. Pouco depois, os jogadores do PSG acompanharam a decisão dos turcos após gestos de Neymar para que os companheiros deixassem o campo.

Diante de inflação anual de 1,4%, Arce anuncia reajuste de 3,38% nas aposentadorias

O presidente da Bolívia, Luis Arce, anunciou o aumento de 3,38% na renda dos aposentados, valor que será pago em dezembro deste ano. O reajuste será retroativo a janeiro de 2020.

“Cumprimos com nossas vovós e vovós melhorando sua renda em 3,38%”, acrescentou.

Para expor a dimensão do benefício, Arce exemplificou: “Aqueles que tenham uma renda de 3.441 bolívares [2.540 reais] se beneficiarão – com o retroativo – de um bônus que chega a um total de Bs 1.536 [1.134 reais] e que será pago neste mês de dezembro”.

Afirmou que este direito ao reajuste, esquecido pelo governo de fato, foi restaurado e se valoriza a contribuição dos aposentados e de quem tem renda para seguir contribuindo com o desenvolvimento da Bolívia.

No sábado (12), o Ministério da Economia e Finanças Públicas informou sobre a promulgação do Decreto Supremo 4.413 que determina um percentual total de aumento na renda dos aposentados. A inflação no país durante 2020 foi de 1,4%. Segundo o governo, a medida é para garantir o bem-estar da população idosa.

Além do bônus com o acumulado de

janeiro a novembro, o aposentado receberá o valor de sua aposentadoria mais o décimo terceiro. Já o primeiro salário, reajustado em 3,38% neste mês de dezembro, será pago em janeiro de 2021.

Luis Arce assinou ainda que a revogação, feita pelo seu governo, dos decretos que favoreciam grandes exportadores e importadores contribuirá para a recuperação da economia, mergulhada em profunda crise devido às medidas improvisadas e contraproducentes do desgoverno de Jeanine Áñez.

“Revogamos os Decretos 4.139 e 4.181 que o governo de fato aplicou para ‘liberar as exportações’. Essa medida só favoreceu grandes exportadores e importadores e colocou em risco a segurança alimentar da Bolívia. Essa revogação contribui para a recuperação da economia”, declarou ainda Arce.

O ministro da Economia, Marcelo Montenegro, explicou que os decretos instaurados em janeiro de 2020 iam contra a política social da comunidade, que “sempre privilegiou a manutenção da segurança alimentar”, já que autorizou a exportação de produtos sem garantir o abastecimento interno nacional e a importação, prejudicando a produção nacional.

“10 milhões de argentinos serão vacinados até fevereiro”, afirma o presidente Fernandez

“Assinamos o contrato com o Fundo Soberano da Federação Russa, que nos garante o fornecimento de vacinas para a Argentina. Quero agradecer pessoalmente ao presidente Vladimir Putin, que garantiu que possamos ter acesso à vacina ao mesmo tempo que os países mais importantes do mundo. Vamos contar com as doses para vacinar 10 milhões de argentinos em janeiro e fevereiro”, afirmou o presidente Alberto Fernández, em entrevista coletiva na Casa Rosada, sede do governo argentino, junto com o ministro da Saúde, Ginés González García.

“Os prazos de entrega estão avaliados em uma primeira remessa de 600 mil doses para vacinar 300 mil pessoas até o final do ano; em janeiro teremos doses suficientes para 5 milhões de pessoas; e em fevereiro o restante das doses necessárias para chegar à vacinação das 10 milhões de pessoas que estamos planejando”, informou.

O presidente pediu “entender que a vacina não resolveu” ainda o problema da pandemia do coronavírus, e fez um “chamamento à reflexão” já que o vírus continua circulando e deve manter-se os cuidados para evitar a propagação da doença.

“Nesse ínterim, é preciso continuar cuidando-se”, enfatizou o presidente, após ressaltar que o presidente



Governo planeja vacinar 10 milhões até fevereiro

da Rússia, Vladimir Putin, “tratou pessoalmente” das negociações com a Argentina pela vacina.

Enquanto isso, o Ministro da Saúde, Ginés González García, informou que um grupo de funcionários de sua pasta já trabalha em todas as províncias (Estados) com autoridades locais e garantiu que “nunca na história houve uma operação de vacinação tão massiva e ampla. É um desafio logístico, operacional e de programação de magnitude desconhecida”, admitiu. “Estamos trabalhando muito fortemente nisso, enquanto ganhamos tempo”, e antecipou: “Vamos melhorar os tempos com a equipe técnica que vai à Rússia para ter a vacina disponível o mais rápido possível”.

“Tem pessoas que levantam

muitas dúvidas sobre a qualidade científica da Rússia, mas o instituto que desenvolveu a vacina, é um instituto que tem vários prêmios Nobel na sua equipe de pesquisadores”, disse Fernández. “Não tenho dúvidas quanto a sua qualidade e para acabar com todas essas dúvidas, assim que a vacina estiver aqui, o primeiro a se vacinar serei eu”.

Fernández afirmou que o governo está organizando “todos os procedimentos necessários” para que a vacina tenha aprovação da ANMaC (Agência Nacional de Materiais Controlados), órgão semelhante a Anvisa no Brasil. Ele disse que uma equipe de especialistas do órgão vai à Rússia para verificar as condições de produção e envasamento da Sputnik V.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopot.com.br

Na Cúpula do Clima, o secretário-geral da ONU, António Guterres, destacou a necessidade de que governantes se comprometam mais com essa luta. Incuria de Bolsonaro deixou o Brasil fora do encontro

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, em discurso na Cúpula do Clima patrocinada pela ONU, fez um apelo aos líderes dos países a que “declarem emergência climática em seus países”, para que haja ações que evitem o aquecimento global, considerado catastrófico, e questionou: “alguém ainda consegue negar que estamos enfrentando uma emergência climática?”

Como que a lamentar a ausência de países como o Brasil, Guterres insistiu na necessidade de que mais líderes se envolvam nesta batalha: “a humanidade ainda está atrasada nessa corrida contra o tempo.”

A reunião da Cúpula tem como objetivo impulsionar ações que garantam a neutralidade de carbono no mundo. A chamada neutralidade de carbono ocorre quando um país garante que a emissão de carbono por ação humana equivale à capacidade de absorção por meios naturais, florestas, solos entre outros escoamentos existentes no planeta.

O limite considerado menos desastroso pelo Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (PIAC) é de um aquecimento de até 1,5°C, até 2050, esta também é a definição no Acordo de Paris, que foi assinado por 196 países.

Os incêndios florestais, que causam a alteração dos solos e o desflorestamento estão entre as principais ocorrências que provocam a destruição dos meios de escoamento de gás carbônico.

A China busca avançar, de forma mais robusta, meios de alcançar metas de descarbonização a médio prazo. Ela apresenta, por meio de eficiência energética e aumento de eletricidade gerada através de fontes renováveis, eólica e solar, soluções para alcançar seu compromisso com o Acordo de Paris, conforme frisou no encontro o presidente Xi Jinping.

A Cúpula do Clima deste sábado deixou o presidente Jair Bolsonaro de fora. Graças a sua desastrosa condução em termos da defesa do meio ambiente, o Brasil foi barrado por não apresentar nenhum plano para diminuição da emissão de carbono. O projeto apresentado foi rejeitado pelos técnicos do organismo ambiental, tornando o país um pária ambiental.

O desmatamento da Amazônia já registra a maior destruição em 12 anos. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), divulgou, no dia 30 de novembro, que o desmatamento na floresta teve sua área aumentada em 9,5% entre os meses de agosto de 2019 e junho de 2020, em relação a igual período de um ano antes.



Instituto Gamaleya onde foi produzida a Sputnik V

AstraZeneca aceita a oferta russa da Sputnik V na busca de elevar eficácia de sua vacina

AstraZeneca aceitou oferta dos fabricantes da vacina russa Sputnik V e testará aplicação das duas em conjunto na busca de reforçar a vacina inglesa, que alcança 70% de eficácia

O laboratório inglês, AstraZeneca, aceitou a proposta dos criadores da vacina russa, Sputnik V, para o teste de uma possível combinação de seus antídotos na busca de reforço da vacina produzida pela AstraZeneca que apresentou uma eficácia média de 70% (na faixa de 62% a 90% para diferentes aplicações).

A AstraZeneca, em declaração nesta sexta-feira (11), anunciou o aceite da proposta russa e afirmou que essa combinação pode ser “um passo importante na geração de proteção mais ampla”.

“Hoje anunciamos um programa de ensaios clínicos, para avaliar a segurança e imunogenicidade da combinação de AZD1222, o vírus atenuado produzido pela AstraZeneca e Universidade de Oxford, com a Sputnik V, esta última, desenvolvida pelo Instituto de pesquisa russo Gamaleya”, especificando que os testes serão aplicados em pessoas de 18 anos ou mais.

A empresa britânica já irá iniciar os ensaios clínicos até o final deste ano, tendo em vista que o Fundo Russo de Investimento Di-

reto (RDIF), financiador da Sputnik V, comunicou que a eficácia da mesma gira em torno de 95%.

A combinação consistirá em uma primeira aplicação da vacina inglesa em voluntários e uma segunda aplicação com uma das componentes da Sputnik V, a que traz como vetor o adenovírus Ad26.

Por seu lado, a empresa russa destaca que a Sputnik V está entre “as vacinas mais eficazes e seguras” do mundo e que a sua combinação com a AstraZeneca pode trazer uma eficácia maior ao produto britânico.

A proposta feita pela Rússia para a empresa britânica, segundo os diretores do RDIF, fundo de investimentos que apoia as pesquisas e produção da Sputnik V “é um exemplo da abordagem proativa da Rússia”. O RDIF, ressalta que “aqueles que desejam produzir vacinas com a tecnologia de dois vetores”, encontram na Sputnik V uma das mais eficazes contra a covid19.

A Rússia também comemora a imunização de mais de 150 mil pessoas com a Sputnik V, sendo Moscou a primeira a receber a vacinação.

A prioridade recai sobre a população que faz parte das áreas de saúde, educação, atendentes sociais e que tenham entre 18 e 60 anos.

Xi Jinping anuncia vitória da China na erradicação da pobreza

Relator da ONU Contra Tortura pede imediata libertação do jornalista Julian Assange

Frente à brutal injustiça e diante da eclosão de um surto de pandemia de coronavírus na prisão de Belmarsh, em Londres, o relator da Organização das Nações Unidas (ONU) Contra a Tortura, Nils Melzer, solicitou na última terça-feira (8) a imediata libertação do fundador do WikiLeaks, Julian Assange.

Sofrendo de graves problemas respiratórios, o jornalista e ativista australiano não pôde sequer comparecer – em pessoa ou por videoconferência – à sua última audiência para conhecer a decisão judicial sobre a sua extradição aos Estados Unidos.

Assange está sendo perseguido por ter divulgado ao mundo centenas de milhares de páginas de documentos com crimes de guerra e abusos de direitos humanos cometidos pelos Estados Unidos no Iraque, no Afeganistão e em Guantánamo, o que, para Trump, agora devem ser retribuídos com 175 anos de cadeia.

Ampliando a pressão pela sua libertação, no marco do Dia Internacional dos Direitos Humanos, nesta quinta-feira (10), movimentos sociais e entidades populares reforçaram a campanha em solidariedade planetária ao jornalista. Entre outras atividades houve concentrações em frente às delegações diplomáticas e foi enviada uma carta aberta às Embaixadas do Reino Unido.

“Assange não é um criminoso e não representa nenhuma ameaça para ninguém. Diante disso, seu isolamento prolongado em uma prisão de alta segurança não é necessária, nem proporcional, carecendo claramente de fundamento legal”, afirmou Nils Melzer.

O relator da ONU expressou particular preocupação em relação “à exposição de Assange à Covid-19 levando em conta a sua condição médica preexistente”. O jornalista está recluso na Guantánamo britânica desde maio do ano passado, onde 65 dos 160 internos da prisão deram positivo à coronavírus.

Os dez anos de privação de liberdade do fundador do WikiLeaks – incluídos os sete que passou refugiado na Embaixada do Equador em Londres –, assinalou Melzer; “não são somente uma detenção arbitrária, mas que podem supor também tortura e outros tratamentos ou castigos cruéis, desumanos ou degradantes”.

Faltando um mês para que o Reino Unido emita uma decisão sobre a extradição do fundador de WikiLeaks aos EUA, Melzer também defendeu a liberdade e a integridade de Assange, uma vez que naquele país também são verificados “graves problemas de direitos humanos”.

Além disso, apontou Melzer, a alegação é que Assange está “atualmente, detido para fins exclusivamente preventivos, para assegurar a sua presença durante o julgamento em curso sobre o pedido de extradição norte-americano, um processo que poderá durar vários anos”. Anos.

Os organizadores da campanha pela libertação imediata do ativista também repudiaram o abuso britânico. “O mundo inteiro está vendo como Assange está sendo tratado pelo governo do Reino Unido. É hora de pôr fim à perseguição contra Assange, agora. Assange deve ser libertado!”, reiteram.

Cerca de 160 chefes e ex-chefes de Estado, primeiros-ministros, ministros, diplomatas e parlamentares também se somaram à campanha em defesa de Assange. Entre os signatários estão Alberto Fernández, presidente da Argentina; José Mujica, ex-presidente do Uruguai; José Luis Zapatero, ex-primeiro-ministro espanhol; Jeremy Corbyn, ex-líder do Partido Trabalhista britânico; Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz 1980; Nick McKim, senador australiano; Peter Whish-Wilson, senador australiano; Ron Paul, ex-congressista norte-americano; Jean-Louis Masson, senador francês; Cédric Wermuth, parlamentar suíço; José Miguel Insulza, ex-secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA); Ernesto Samper, ex-secretário-geral da Unasul; e Rafael Correa, que, como presidente do Equador, concedeu asilo a Assange na embaixada em Londres.

Lei de Macron que proíbe filmar violência de policiais tem o 3º sábado de repúdio

Pelo terceiro sábado consecutivo, dezenas de milhares de manifestantes voltaram às ruas de Paris e das principais cidades da França para repudiar a lei de exceção de Macron, conhecida como lei de “segurança global”, e de seu condenado artigo 24.

De acordo com os organizadores do protesto, a lei representa um golpe “à liberdade de imprensa, à liberdade de expressão e à liberdade de manifestação”, pois estabelecerá “instrumentos de vigilância em massa”. Ao proibir a filmagem de policiais violentos e ampliar a vigilância por meio de câmeras, inclusive com drones, o dispositivo se converterá em um brutal atropelo às liberdades democráticas, alertam os opositores.

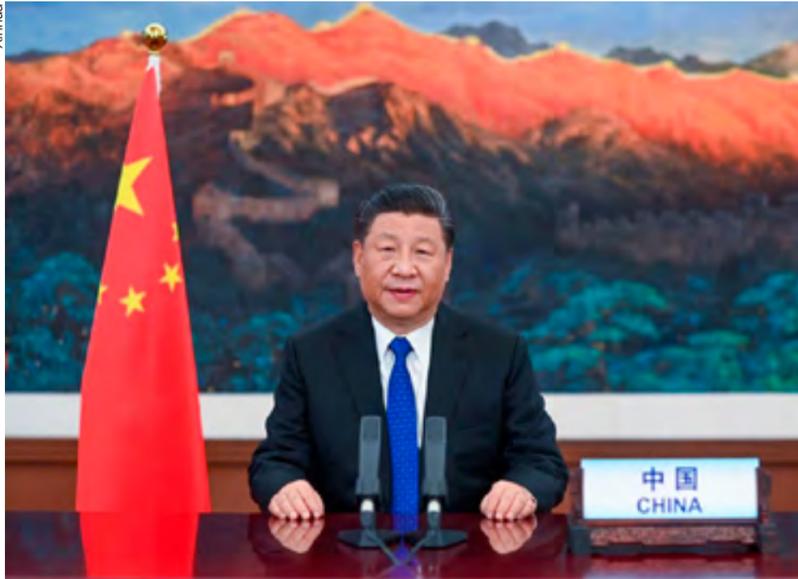
Entre outros abusos, o dispositivo ameaça com 1 ano de cadeia e multa de 45.000 euros (R\$ 280 mil) a vítima ou acompanhante que filmar as agressões. O absurdo é tão evidente, enfatizam, que é algo que necessita ser imediatamente retirado do parlamento, ao invés de simplesmente remendado, como propôs o governo.

Na capital, atrás de um cartaz questionando “Liberdade, Igualdade e Fraternidade para

quem?”, os manifestantes exigiam mais diálogo e menos truculência. Ao mesmo tempo, elementos infiltrados no ato faziam o jogo da repressão quebrando vidraças de lojas, incendiando veículos e lançando pedras na polícia, que respondeu com gás lacrimogêneo e realizou 142 prisões.

Continuam repetindo as imagens, divulgadas pelo site Loopsider, em que três policiais agrediram violentamente o produtor musical Michel Zecler na entrada de um estúdio em Paris no final de novembro. “Eles me chamaram várias vezes de negro de m... enquanto me agrediam”, denunciou a vítima à sede parisiense da Inspeção Geral da Polícia Nacional (IGPN). “Pessoas que devem me proteger me agredem. Não fiz nada para merecer isso. Só quero que a lei puna essas três pessoas”, ressaltou.

As imagens das câmeras de segurança mostram os policiais entrando no estúdio agarrando a vítima e, depois, agredindo-a com socos, chutes e golpes, numa cena que dura cinco minutos. Em seguida, os policiais tentam forçar a porta e lançam uma bomba de gás lacrimogêneo no interior do estúdio.



Presidente Jinping: ‘quase 100 milhões saíram da pobreza só nos últimos 8 anos’

Netupskaia, a telegrafista soviética que informou a Moscou sobre a rendição nazi

Dez dias após completar 100 anos, faleceu no último domingo, em Gomel, na Bielorrússia, Liubov Netupskaia, jovem que fez história na Segunda Guerra Mundial ao telegrafar a Moscou a rendição incondicional da Alemanha nazista na noite de 8 para 9 de maio de 1945.

A telegrafista atuou na linha de frente dos embates contra as tropas nazistas (RB).

Como recorda sua filha Larissa Zunikova, aos 20 anos Netupskaia foi para o front, sendo admitida – após muita insistência – em um batalhão telegráfico da reserva. Ali conseguiu se formar entrando no exército ativo dois anos depois e, finalmente, enviada à sede da 1ª Frente Bielorrussa. Com inúmeros méritos, participou da libertação da Bielorrússia, da Polônia e da Alemanha, tendo entrado em Berlim no dia da sua captura, em 2 de maio de 1945.

Pela firmeza da sua con-



Netupskaia atuou na linha de frente contra tropas nazistas

duta, a jovem foi reconhecida com as “Ordens da Estrela Vermelha” e da “Guerra Patriótica”, sendo premiada com as medalhas “Pela libertação de Varsóvia”, “Pela captura de Berlim” e “Pela vitória sobre a Alemanha”.

“Mãe se foi em paz. Ela foi enterrada em Dobrech [região de Gomel], a terra natal de meu marido”, relatou Larissa Zunikova.

Nascida na região de Moscou, Netupskaia Liubov tinha 20 anos quando a guerra eclodiu. Ao concluir os estudos no Instituto da Biblioteca Estatal da capital russa, em apenas dois meses, conseguiu se formar como telegrafista.

Condecorada com inúmeras distinções, mudou-se com a família para a Bielorrússia, então parte da União Soviética, nos anos 1980.

Decisão Judicial obriga Trump a restaurar a proteção da lei aos filhos de imigrantes

A Suprema Corte decidiu no mês de junho que a administração de Trump violou a lei federal pela forma como pôs fim ao programa de Ação Diferida para os Chegados na Infância (DACA), que foi implementado sob Barack Obama e protege centenas de milhares de jovens da deportação. Trump encerrou abruptamente o DACA em setembro de 2017.

Após a decisão de junho da Suprema Corte, Chad Wolf, secretário interino de Segurança Interna, procurou protelar o cumprimento da decisão judicial e declarou que o governo estudaria suas opções e, até então, não aceitaria novos pedidos e concederia renovações por um ano em vez de dois. Ou seja, na prática, manteria o programa suspenso.

Na sexta-feira (4), o juiz federal dos Estados Unidos, Nicholas Garaufis, fez valer a decisão da Suprema Corte, declarou que a manobra de Chad Wolf é ilegal e determinou a imediata restauração da íntegra do DACA e que fossem reabertas imediatamente suas inscrições e também proibiu a deportação de centenas de milhares de jovens migrantes protegidos pelo programa. Além disso, também ordenou que o DACA autorize o emprego novamente com uma duração de dois anos, e não apenas de um.

Diante da sentença do juiz Nicholas Garaufis, o Departamento de Segurança Interna postou em seu site que está aceitando novas inscrições, bem como renovações de dois anos e solicitações para deixar temporariamente os Estados Unidos por razões humanitárias, sem o risco de perda da proteção do DACA.

Quando Trump pôs fim a esse programa, há cerca de três anos, a estimativa já era



Imigrantes comemoram a volta da proteção do DACA

evidente de que o término judicial centenas de milhares de jovens indocumentados, que ingressaram nos EUA quando ainda eram menores. Destes, como foi confirmado, 76% deles são mexicanos.

Joe Biden havia se comprometido recentemente nos debates presidenciais de que outorgaria a cidadania a um expressivo número de ilegais e se comprometeu a reinstalar o DACA após assumir o cargo, uma vez que sancionado pelo Congresso.

Os beneficiados pelo DACA e seus defensores comemoraram a notícia conscientes de que precisarão se manter alertas e mobilizados para deixar de estar na ilegalidade.

Para a jovem Alondra Cruz, incluída no programa, o DACA é importante porque “sempre há algum tipo de medo que nos façam parar na alfândega a ti e aos teus pais, e mandar todos de volta ao teu país, às vezes por algo tão simples como um cinto”.

Mexicanos, Maria Garcia, seus pais e dois de seus irmãos chegaram a Phoenix em

2006. Estudante de engenharia aeroespacial da Universidade Estatal de Arizona, Maria declarou que as decisões da corte eram “notícias maravilhosas” e anunciou que apresentará sua solicitação para o programa assim que seja possível. Seu irmão maior, já é beneficiado do DACA e é trabalhador. Seu irmão menor é estudante secundarista e planeja solicitar a proteção do programa.

Conforme a advogada dos imigrantes, Naimeh Salem, é fundamental organizar toda a documentação a fim de barrar qualquer tipo de atropelo do governo que possibilite autorizações de trabalho por dois anos e licenças de viagem para fora do território estadunidense por razões humanitárias.

Advogada do grupo ativista Alliance San Diego, Michelle Celleri, preparava uma solicitação para um cliente que afinava os últimos detalhes de sua petição de volta ao momento em que Trump cancelou o DACA em 2017. “Seu sentimento é: ‘Farei de tudo. Estou farto de estar na escuridão e quero seguir adiante’”, assinalou.

As ferramentas básicas para a erradicação da pobreza no país foram a geração de empregos e o programa de renda mínima segundo o qual o governo arca com a diferença entre a receita do indivíduo e 1.000 yuans (R\$ 800,00) por mês

LUCAS CHEN*

“Através de oito anos de trabalho contínuo, a China elevou toda a sua população de residentes rurais empobrecidos, que se encontravam abaixo dos atuais padrões de renda, para fora da condição de pobreza, e perto de 100 milhões afastaram a pobreza”, declarou o presidente da República Popular da China, Xi Jinping, ao presidir reunião do Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista da China (PCC), no início do mês de dezembro.

Segundo o presidente Jinping, durante o ano de 2020, superaram a pobreza extrema os 5,51 milhões de chineses que ainda estavam nesta condição, fazendo com que a China pudesse anunciar a vitória do país na erradicação da pobreza extrema.

As ferramentas básicas para a erradicação da pobreza no país foram a geração de empregos e o programa de renda mínima segundo o qual o governo arca com a diferença entre a receita do indivíduo e 1.000 yuans (R\$ 800,00) por mês.

Além disso, há as políticas públicas para atender as necessidades da população com alimentação e vestuário e garantia da atenção à saúde, educação e moradia básica.

“Conforme as estatísticas do Banco Mundial, nas últimas décadas, a China foi responsável por mais de 70% das reduções da pobreza global e a população pobre na China foi reduzida em mais de 700 milhões, ante o terrível número de 770 milhões de pessoas em 1978 – um ano antes do início das reformas econômicas – para 55,8 milhões em 2015”, afirma o professor Ding Dou da Escola de Estudos Internacionais da Universidade de Pequim, em artigo publicado no jornal Global Asia em junho de 2016.

Outro dado que mostra a dimensão do feito chinês no combate à pobreza é a comparação entre o incremento do IDH na China e no mundo. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da China melhorou 43%, de 0,502 em 1990 para 0,719 em 2013, em comparação com uma melhoria no IDH global, de 17,6% de 0,597 para 0,702, no mesmo período.

O presidente do Banco Asiático de Desenvolvimento, James Lynch, considerou as “conquistas da China nada menos do que históricas” e o presidente do Banco Mundial, Jim Yong Kim, em conferência à frente do órgão internacional, em outubro de 2017, destacou como “um dos grandes feitos da história da humanidade”. Essas vitórias da nação chinesa resultaram de uma decisão de Estado, aprovada nos Congressos do Partido Comunista e nos órgãos deliberativos da República Popular, levada a cabo com determinação, através da execução de 13 planos quinquenais.

Como destacou Shen Beili, vice-ministra do Departamento Internacional do Comitê Central do PC Chinês, em seu informe para a América Latina sobre o 14º Plano Quinquenal, aprovado no final de outubro, “as metas do 13º Plano Quinquenal foram atingidas”, entre estas, a retirada da pobreza nos cinco anos de 2015 a 2020, daqueles 55,8 milhões de cidadãos nesta condição, o que completa a meta histórica do país de erradicar a pobreza.

São décadas de crescimento contínuo e acelerado, cuja base é a propriedade social – isto é, propriedade pública, estatal – dos meios de produção e o planejamento econômico.

Na China também há propriedade privada dos meios de produção e mercado. Mas a base é a propriedade social e o planejamento.

No breve balanço do 13º Plano Quinquenal, Shen Beili acrescentou que “nes-

tes últimos cinco anos, mais de 60 milhões de empregos urbanos foram criados”, além disso, “foi concluída a estruturação do maior sistema de previdência social do mundo e foi criado um sistema médico básico que atende 1,3 bilhão de habitantes, junto com um sistema de seguro para os idosos, abrangendo 1 bilhão de pessoas”.

Sobre o 14º Plano Quinquenal, Shen Beili afirmou em sua exposição que “a meta de longo prazo de alcançar basicamente a modernização do socialismo até 2035 é claramente prevista e são apresentadas diretrizes, objetivos principais, tarefas prioritárias e medidas importantes para o Desenvolvimento da China a serem implementados durante o período de 2021 a 2025” e que aponta para “construir um país socialista moderno, forte e próspero, democrático, civilizado, harmonioso e belo em meados deste século”.

Para alcançar estes objetivos estratégicos de longo prazo, o novo Plano Quinquenal define que “a grande circulação interna, ou seja, o mercado interno como esteio econômico do país, e apoiado pela circulação com o mundo exterior” e coloca a ciência e a tecnologia no centro para “promover o desenvolvimento de alta qualidade, colocando a inovação no centro da modernização; acelerando o desenvolvimento de um sistema industrial moderno, desenvolvendo indústrias estratégicas emergentes e construir um país forte no desenvolvimento de transporte de dados pela Internet e no desenvolvimento digital; avançar a revolução energética, para que os resultados do desenvolvimento beneficiem melhor todas as pessoas”, destaca Shen Beili em sua avaliação.

Os esforços previstos para os próximos cinco anos no sentido de alcançar o desenvolvimento de alta qualidade e com a inovação no centro, têm a seu favor as vantagens já conquistadas em campos de alta tecnologia como 5G, big data, inteligência artificial e robótica, entre outros.

No processo de libertação dos chineses da pobreza extrema, também foi utilizado o método da transformação das regiões mais pobres do país em centros de produção, com iniciativas precisas e detalhadas, em acordo com a capacidade e a cultura ancestral de cada região e com simplicidade capaz de se adequar à capacidade dos moradores locais, que a partir disso irão evoluindo em sua condição. Neste processo, os cidadãos pobres foram sendo transferidos de seus casebres para centros habitacionais construídos pelo Estado.

Concluímos com o exemplo de um trabalho comandado por um enviado pelo PC da China, Lyu Xiaoxun. Ele bateu nas portas de todas as casas da aldeia de Yuying, na província de Fujian, uma área considerada como uma “terra amarga e estéril”. Do trabalho de Xiaoxun, desde 2013, com o apoio do Estado e a participação de centenas de moradores locais, a aldeia se transformou: todos foram transferidos para um centro habitacional, alimentado com energia de um projeto fotovoltaico (energia solar), as pesquisas no solo local e, de acordo com o desejo demonstrado pelos moradores, fizeram da aldeia uma produtora de peras e outros alimentos vegetais. Lyu dá como exemplo “as hortaliças produzidas nos jardins da aldeia que são fornecidos para o condado de Luaping em Pequim, trazendo aos habitantes locais bons lucros, ajudando-os a alcançar o objetivo de criar produtos de qualidade para vender a bom preço”.

*Presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo – UMES-SP

